

FACULDADE HORIZONTINA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GILSON BRAZ DO AMARAL

O REGRESSO DE JOVENS GRADUADOS EM ENSINO SUPERIOR PARA AS
ATIVIDADES RURAIS EM REGIME DE AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO
DE CASOS NO MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO

HORIZONTINA

2013

GILSON BRAZ DO AMARAL

O REGRESSO DE JOVENS GRADUADOS EM ENSINO SUPERIOR PARA AS
ATIVIDADES RURAIS EM REGIME DE AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO
DE CASOS NO MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO

Trabalho de monografia, apresentado no curso de Ciências Econômicas da FAHOR, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientadora: Me.VONIA ENGEL

HORIZONTINA

2013

GILSON BRAZ DO AMARAL

O REGRESSO DE JOVENS GRADUADOS EM ENSINO SUPERIOR PARA AS
ATIVIDADES RURAIS EM REGIME DE AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO
DE CASOS NO MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO

Trabalho de monografia, apresentado no
curso de Ciências Econômicas da FAHOR,
como requisito parcial para obtenção

Aprovado em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Me. VONIA ENGEL

Faculdade Horizontina

Prof. Me MARCIO LEANDRO KALKMANN

Faculdade Horizontina

Prof. Me. STEPHAN SAWITZKI

Faculdade Horizontina

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, que sempre esteve apoiando, motivando e acreditando em mim, Dedico em especial a Alcindo e Joceli do Amaral, que são meus pais e acima de tudo, meus exemplos.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente á Deus, por sempre estar ao meu lado Por conseguinte, quero agradecer à todas as pessoas que de alguma forma contribuíram com a execução desse trabalho entre amigos, professores e outros, em especial minha orientadora Me. Vonja Engel por me guiar até este desfecho e à amiga Dr.^a Janete Stoffel, por me auxiliar na idealização desse trabalho.

"O melhor resultado acontece quando todos em um grupo fazem o melhor por si próprio e pelo grupo."

John F. Nash

RESUMO

Atualmente vivenciamos uma tendência de migração de jovens do meio rural em direção ao meio urbano, isso devido aos mais diversos fatores. O presente trabalho busca discutir se a qualificação e especialização da mão de obra de jovens pode ser um fator motivador do retorno dos mesmos às zonas rurais. Essa discussão foi feita a partir de entrevistas em estudo de casos e de referenciais teóricos que dizem respeito à agricultura, ao êxodo dos jovens, à qualificação e à forma de gestão da propriedade rural. A partir do trabalho foi possível perceber a influência positiva que a graduação superior exerce sobre a forma de gerenciar as atividades da propriedade rural e, portanto, sobre a satisfação do produtor rural em suas atividades desenvolvidas na propriedade, o qual permanece no meio rural com suas expectativas alcançadas.

Palavras Chave: agricultura familiar, êxodo, jovem, graduação superior.

ABSTRACT

Currently we observe a trend of migration of rural youth towards urban environment, due to several factors. This academic article discusses if the qualification and specialization of young labor may be a motivating factor to maintenance or return of those to rural areas. This discussion was taken from interviews in a study case and theoretical references that relate to agriculture, the exodus of young people, the skills and the way of managing rural property. Through this study it was possible to understand the positive influence that the senior graduation has on the way to manage the activities of rural property and, therefore, upon satisfaction of the farmers in their activities on the property, which remains in rural areas with their expectations met.

Key words: family farming, exodus, young, senior graduation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1–Variação da população rural brasileira no período entre 1950 e 2010	18
Tabela 2- Evolução do VBP (em R\$ mil)	19
Tabela 3- Participação da Agricultura Familiar no total dos estabelecimentos e da área.....	19
Tabela 4: Situação domiciliar dos Jovens entre 18 e 29 anos de idade	22
Tabela 5: valoração de importância conforme tema:.....	43
Tabela 6: Receita por entrevistado conforme atividade	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População Jovem* Conforme Domicilio - Brasil (IBGE, 2010).....	23
Gráfico 2: Composição PIB de São Martinho (IBGE, 2010).....	40
Gráfico 3: População Jovem* Conforme Domicilio - São Martinho (IBGE, 2010).....	41
Gráfico 4: Idade média das amostras estudadas - São Martinho, RS.	42

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização de São Martinho no Rio Grande do Sul.....	39
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	UMA ABORDAGEM SOBRE A AGRICULTURA	15
2.1	A agricultura familiar na sociedade	15
2.2	O êxodo rural de jovens	21
2.3	O ensino superior e a qualificação da mão de obra no meio rural	28
2.4	A propriedade rural vista como empresa	33
3	METODOLOGIA	36
4	RESULTADOS	39
4.1	Caracterização do município	39
4.2	Análise do questionário	42
4.3	Conclusões acerca das entrevistas	50
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca discutir se a qualificação e especialização da mão de obra de jovens pode ser um fator motivador do retorno dos mesmos às zonas rurais. A abordagem leva em conta que estes em um primeiro momento migraram da área rural para as zonas urbanas. O trabalho faz uma correlação a partir de um estudo de casos em que a qualificação da mão de obra colocou-se como uma característica comum apresentada pelas amostras, sendo que essas estão atualmente vivendo e interagindo no meio rural.

Estudos recentes possibilitam diagnosticar uma grande tendência à migração de jovens do meio rural para a cidade. Tais afirmações se concretizam com a interpretação de dados sócio-demográficos disponibilizados por entidades de pesquisa como o IBGE (2012). Essa intensa modificação dos recursos humanos existentes no meio rural acaba por comprometer as atividades da agricultura familiar, assim como a sua continuidade, além de promover consequências demográficas e sociais nas áreas urbanas.

Com a constatação da atual situação demográfica, é necessário examinar os fatores motivacionais à fuga no meio rural e quais as possibilidades de manter ou fazer retornar a população jovem para esse espaço. Considerando-se os vários efeitos sociais do êxodo de jovens do meio rural, principalmente os efeitos sobre o próprio meio, fica evidente a necessidade de esquadrihar ações e políticas que visem à motivação a um possível retorno e uma manutenção da permanência de jovens nas atividades rurais. Esse entendimento mais claro dos efeitos do êxodo rural de jovens e os resultados provenientes de aprimoramentos tecnológicos e sociais, permite a adoção estratégica das medidas mais condizentes com a realidade vivenciada

Para tal situação, questiona-se se sob quais condições jovens qualificados em nível superior podem permanecer ou retornar às atividades rurais mantendo padrões de vida que atendam as suas expectativas?

Para agregar uma didática mais clara e que contribua da melhor forma ao entendimento do tema é necessário esclarecer os objetivos dessa pesquisa. Segundo Silva (2005), o objetivo geral é um objetivo único e abrangente, o qual é pretendido de alcance ao fim do trabalho, ou seja, o objetivo geral indica o que se quer concluir com a pesquisa efetuada.

A partir de estudos de casos, pode-se colher informações que permitem um norteamento aos estudos. Assim sendo, o objetivo desta pesquisa é analisar os motivos pelos quais jovens retornaram para o campo, para atividades na agricultura familiar, após terem buscado capacitação e experiência profissional no meio urbano.

Para que se alcance o objetivo geral delineiam-se ações à ser realizadas, sendo estas os objetivos específicos, ou seja, contribuições que salientam etapas de fomento ao entendimento final do trabalho (SILVA, 2005). Os objetivos específicos desse trabalho são:

a) identificar os motivos pelos quais os jovens migram entre o campo e a cidade.

b) avaliar se a qualificação dos jovens influenciou no seu retorno para as atividades agropecuárias e;

c) analisar casos em que jovens com qualificação da mão de obra permaneceram ou retornaram ao meio rural e estão exercendo influência nas decisões da unidade produtiva, ou seja, qual está sendo o efeito da aplicação efetiva da sua qualificação.

Conforme Stropassolas (2006), atualmente vivenciamos uma tendência de migração de jovens do meio rural em direção ao meio urbano, transformando o sistema de produção agrícola local vigente, sendo essa transformação devido aos mais diversos fatores. Sabe-se que a agricultura é um dos setores da economia que merece devida atenção, devido à sua importância econômica, social e a imprescindível relevância à sobrevivência da humanidade, sendo o setor responsável pela produção de alimentos.

Mesmo que atualmente estudos específicos à agricultura familiar estejam sendo proporcionados, os estudos técnicos (e até mesmo sociais) enfocam em sua maioria a aplicação de produção com ganhos de escala em grandes propriedades rurais, conforme ressalta Abramovay et al. (1998). Os mesmos acabam não ponderando em vários momentos a possível relevância dos resultados econômicos que a agricultura familiar pode oferecer, não somente no âmbito de produtividade, mas no âmbito dos ganhos sociais (emprego, renda e qualidade de vida). Em virtude disso, acaba-se oferecendo pesquisas amplas e muito bem fundamentadas, todavia sendo ainda necessárias pesquisas com viés ao pleno conhecimento da agricultura familiar e que contemplem seus efeitos globais, pois a mesma possivelmente

poderia também ser enfatizada como uma ferramenta de desenvolvimento social e econômico.

No presente trabalho houve uma decisão de focar a migração de jovens que deixaram o meio rural em regime familiar. Essa decisão é justificada por ser este um regime em que o produtor acaba exercendo com maior influência a condição de agente/fator direto de trabalho, isso por ser um grupo familiar. Difere-se da agricultura patronal, pois na mesma o produtor, na maior parte dos casos, atua como gestor das atividades desenvolvidas na propriedade, sem participar diretamente na produção.

É evidente que o futuro da humanidade está associado à sua capacidade de adaptação, evolução, criação e mudança. Também a migração dos jovens para a cidade é uma realidade comprovada. No entanto, pode-se avaliar essa mesma migração dos jovens como um evento passível a uma cética interpretação, pois, desde que o meio rural não possibilite a continuação dos jovens em seu perímetro, torna-se evidente a ausência de fatores motivadores à permanência dos jovens no setor. Isso faz com que a agricultura se torne centralizada em poder de poucos e fique a mercê de uma falta de capital humano, conseqüentemente ficando vulnerável em seu desempenho na dinâmica dos mercados mundiais.

Este trabalho se justifica no intuito de demonstrar e caracterizar casos em que jovens, saíram do meio agrícola e depois de algum tempo retornaram. Também o mesmo vislumbra o destaque de estudos que expliquem visões opostas a algumas tendências mundiais (agricultura latifundiária), para que no ambiente apresentado sejam identificadas características que já vem sendo observadas em alguns países desenvolvidos que se preocupam com o futuro de seus setores agropecuários e a oferta de alimento no mundo.

2 UMA ABORDAGEM SOBRE A AGRICULTURA

É importante ressaltar que o principal objetivo do trabalho é apresentar estudos de caso nos quais jovens retornaram as atividades agropecuárias após terem deixado o meio rural. Para tal é necessário didaticamente explicar alguns temas que envolvem a agricultura por meio de algumas referências teóricas precedentes, para que em seqüência estabeleça uma sintonia entre os estudos já realizados por demais autores e os resultados que serão obtidos nesse trabalho.

2.1 A agricultura familiar na sociedade

Linhas de estudo em vários meios didáticos destacam que a família é base da mão de obra agrícola nas nações. De forma independente às mais diversas formações sociais, econômicas e culturais, em qualquer país que realiza trocas gerenciadas pelo mercado, a produção agrícola é sempre, mais ou menos intensamente, sustentada pela exploração de mão de obra familiar. Mesmo que em uma parcela dos países exista uma ostentação da Agricultura Familiar como meio impulsor do seu desenvolvimento agrário, no mundo ainda há nações nas quais tal formato de organização da produção rural tem papel puramente de subsistência (LAMARCHE, 1993).

Conforme Wanderley (1996), o termo Agricultura Familiar não é uma categoria social recente, nem mesmo os estudos a ela dirigidos são somente dos dias de hoje. No entanto, no Brasil, o significado e a aplicação do termo têm assumido aspectos de novidade e renovação, sendo essa abordagem um tanto quanto equivocada devido à mesma englobar em seu contexto as diversas formas de atividades já há muito desenvolvidas e advindas originalmente do campesinato.

Existem autores (as) como LAMARCHE (1993), ABRAMOVAY (1997), WANDERLEY (2013), CARNEIRO (1998, 2007), entre outros, que fazem referência a esta caracterização mais abrangente e global que a agricultura familiar retrata. Porém, em um passado não muito distante, os documentos oficiais ainda empregavam de maneira indiferente e até com noções intercambiáveis termos como “agricultura de baixa renda”, “pequena produção”, quando não “agricultura de subsistência”.

Essa visão antecedente à atual dinâmica econômica procurava de forma genérica, demonstrar aspectos muito comuns da atividade econômica desempenhada nas unidades rurais familiares. Essa se tratava de uma representação condizente com uma imagem menos desenvolvida, tal qual representativa da realidade existente em boa parte das propriedades.

O que o mesmo autor defende é que, a pequena produção, de baixa renda ou de subsistência, são características comuns na maioria das unidades rurais englobadas pelo termo Familiar. Esse fato permite um julgamento prévio e de certa forma injusto sobre o real desenvolvimento econômico destas unidades de trabalho (ABRAMOVAY, 1997)

Por mais incertas e fragmentadas que sejam as informações sobre agricultura familiar, a mesma não pode de forma alguma ser ostentada como sinônimo de produção de subsistência, pequena ou então subdesenvolvimento. Mesmo com características de menor desenvolvimento presentes historicamente, a agricultura familiar vem passando por intensas mudanças, proporcionadas principalmente por inovações tecnológicas, o que lhe torna alvo de reavaliação conceitual, já que atualmente é uma grande contribuinte à dinâmica econômica nacional.

É importante destacar que a atividade desenvolvida nessa categoria é entendida como aquela em que a família ao mesmo tempo em que detém o papel de proprietária do capital, assume a função de mão de obra, sendo também o fator de produção trabalho. A título de esclarecimento, Gasson e Errington (1993) destacam seis características básicas que visam delinear a agricultura familiar, sendo elas:

1. A gestão é feita pelos proprietários;
2. Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
3. O trabalho é fundamentalmente familiar
4. O capital pertence à família
5. O patrimônio e os ativos são objeto de transferência entre gerações da família.
6. Os membros da família vivem na unidade produtiva.

É sabido que tais definições não são tomadas como regras, mas sim características predominantes nos estabelecimentos com regime de agricultura familiar. No entanto na sociedade mais contemporânea existem distorções e mudanças nesses delineamentos. Para tal, vem sendo elaboradas outras definições

às quais não excluem as diferentes variações das atividades exercidas na agricultura familiar.

Como exemplo disso, na intenção de melhor esclarecer e regimentar as políticas e os programas, o governo federal brasileiro se muniu de uma definição de agricultura familiar conforme Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, sancionada pelo Congresso Nacional, definição esta que:

(...) Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (...) (...) Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Lei nº 11.326, art.3º de 24 de julho de 2006).

Mesmo com definições específicas, Lamarche (1993, p. 14) alega que “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade”. Conforme a mesma fonte, estando assim definida, esta categoria é essencialmente genérica, pois a combinação entre a propriedade e o trabalho na agricultura familiar assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de resultados econômicos e sociais.

O debate sobre a questão agrária no Brasil é constantemente criador de falsos dilemas e polêmicas. A exemplo, há a questão atual que propõe contrapor agricultura familiar ao que vem sendo chamado de "nova ruralidade", sem por vezes, torná-las aliadas e sob uma análise mútua, concomitantes (BUAINAIN, ROMEIRO, GUANZIROLI, 2003).

É válido ressaltar que não é o principal objetivo do trabalho entrar em debate quanto às diferentes conceituações e definições em relação à Agricultura Familiar. Porém, com fim didático é importante esclarecer termos por meio de algumas referências teóricas prévias, feito isso com a finalidade de aprimorar o entendimento dos estudos de caso que em seqüência serão apresentados.

Conforme leitura da atual situação rural no país e no estado, é perceptível que a Agricultura Familiar ainda está sofrendo grandes mudanças e difere muito do quadro visualizado nas décadas anteriores. Isso, segundo Abramovay (1999), devido em grande parte a urbanização, que é um modelo de crescimento que o Brasil vem apresentando nas últimas décadas e que fez milhões de pessoas deixarem o meio rural entre 1950 e 2010 e migrarem para as cidades. A Tabela 01 relata essa inversão da situação populacional, apresentando uma intensa urbanização retratada nos seguintes períodos:

Tabela 1–Variação da população rural brasileira no período entre 1950 e 2010

População Brasil								
Total	2010	2000	1996	1991	1980	1970	1960	1950
Urbana	160.925.804	137.953.959	123.076.831	110.875.826	82.013.375	52.904.744	32.004.817	18.782.891
Rural	29.829.995	31.845.211	33.993.332	36.041.633	39.137.198	41.603.839	38.987.526	33.161.506
Percentual								
Urbana	84,36	81,25	78,36	75,47	67,7	55,98	45,08	36,16
Rural	15,64	18,75	21,64	24,53	32,3	44,02	54,92	63,84

Fonte: IBGE- Censo Demográfico,2010.

Pode-se identificar na tabela supracitada uma expressiva mudança no cenário demográfico brasileiro nas últimas seis décadas. Percebe-se que a população nacional global teve um aumento de aproximadamente 367% no período correspondente, porém, se identifica um grande aumento da população urbana e uma forte diminuição do percentual rural, que em 1950 era maioria expressiva da população total (63,84%) e acabou se tornando pequena minoria na atualidade (15,54%). É perceptível que as regiões urbanas também receberam um grande número de imigrantes advindos de regiões rurais, explicitando assim, um dos efeitos colaterais do êxodo no campo, o que retoma parte da abordagem desse trabalho.

A Tabela 02 faz um demonstrativo do Valor Bruto da Produção comparado no período, entre os períodos de 1995 e 2006. Essa tabela busca, em um período com grandes incrementos tecnológicos no meio rural, elucidar valores em um comparativo entre a Agricultura em regime Familiar e a Agricultura em regime Patronal. O objetivo de transcrever essa comparação de regimes, é demonstrar qual grupo obteve o maior ganho de produtividade e eficiência na execução de suas atividades.

Tabela 2- Evolução do VBP (em R\$ mil)

	1995/96	1995/96 * (A)	2006 (B)	(B/A)
Familiar (C)	18.117.725	35.734.898	57.572.210	1,61
Patronal (D)	29.139.850	57.474.631	84.680.660	1,47
(C)+(D)	47.257.575	93.209.529	142.252.870	1,53

Fonte: IBGE– Censos Agropecuários 1995/96 e 2006.

* índice de correção IPC-A (IBGE): 1,9724

A partir da análise da Tabela 2, é possível identificar um crescimento real (sem influência da inflação) do valor bruto da produção da Agricultura Familiar de aproximadamente 61% no período entre 1995 e 2006. Crescimento esse maior que o crescimento da Agricultura Patronal, que foi de 47% aproximadamente.

Com o objetivo de elucidar ainda mais os efeitos dessa maior produtividade, a Tabela 03 nos mostra os percentuais das áreas de terra que a Agricultura Familiar ocupa em cada região do País e seus percentuais, fazendo um comparativo nos períodos em estudo. Também é possível visualizar o percentual do Valor Bruto da Produção (VBP) que a AF compreende em cada unidade geográfica delimitada para a análise.

Tabela 3- Participação da Agricultura Familiar no total dos estabelecimentos e da área.

Região	Estabelecimentos AF/Total (%)		Área AF/Total (%)		VBP AF/Total (%)	
	2006	1995/96	2006	1995/96	2006	1995/96
Nordeste	93	88	47	44	52	43
Centro-Oeste	75	67	14	13	17	16
Norte	90	85	42	38	69	58
Sudeste	77	75	29	29	24	24
Sul	89	91	43	44	58	57
Brasil	88	85	32	31	40	38

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1995/96 e 2006.

É possível a partir da Tabela 03 mensurar o evidente valor da agricultura familiar no setor agropecuário nacional. Segundo dados do IBGE (que se utiliza da metodologia FAO/INCRA) o valor bruto da produção da agricultura familiar

corresponde à 40% (no período de 2006) do total agropecuário nacional, sendo que ocupa aproximadamente 32% das áreas cultiváveis. Esse número vai além, pois é possível verificar que mesmo com uma área de menor porte, a agricultura familiar consegue ser responsável por uma parte da produção nacional no meio rural, justificando sua maior produtividade. Os dados do Censo Agropecuário demonstram a maior centralização do poder sobre o capital no campo. Isso corrobora para a intensificação da dinâmica econômica nacional vem motivando uma enorme tolerância com a oligarquia fundiária e um favorecimento da agricultura patronal (VEIGA, 1991)..

Entre o período de 1996 e 2006, a população brasileira aumentou demograficamente de 154 milhões de habitantes para a casa dos 187 milhões, tendo então um crescimento de aproximadamente 33 milhões de habitantes. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (IBGE, 2006), a população brasileira que reside nas zonas rurais manteve-se sem grandes oscilações, reduzindo-se de 31,6 milhões em 1996 para 31,3 milhões de pessoas em 2006. Porém, houve mudança significativa em termos relativos nacionais, pois passou de 20,5% do total da nação em 1996 para 16,7% em 2006.

Segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil passou de R\$ 705,6 bilhões em 1995 para R\$ 2,369 trilhões em 2006, ou seja, um grande salto após a forte política de estabilização macroeconômica do plano real em 1994. O PIB per capita cresceu de R\$ 4,4 mil (US\$ 4,8 mil) em 1995 para R\$ 12,8 mil (US\$5,9 mil) em 2006. O valor adicionado a preços básicos da agropecuária passou de R\$ 35,6 bilhões para R\$ 111,2 bilhões neste mesmo período (FRANÇA, GROSSI, MARQUES, 2009).

No período, o aumento em valores reais do PIB do agronegócio brasileiro acumulou pouco mais de 15% no período de 1996/2006, o que implicou uma queda na sua participação no PIB total de 30,1% em 1995, para 27,9% em 2005 (JOAQUIM, GUILHOTO, AZZONI, 2007). A partir desses dados, percebe-se que o agronegócio acabou perdendo um pouco sua representatividade no cenário nacional, o que motiva ainda mais ações com viés ao seu fortalecimento.

O número de pessoas ocupado nos estabelecimentos agropecuários diminuiu de 17,9 milhões de pessoas para 16,6 milhões de pessoas, ou seja, um decréscimo de -7,2%. Em termos relativos, a participação da agropecuária no total do emprego

do país caiu de 26,1% em 1995 para 18,9% em 2006, nos resultados dos Censos Agropecuários verificados (IBGE, 2006).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações dos produtos agro alimentares brasileiros abrangidos pelo Acordo Agrícola da Rodada Uruguaí mostraram um significativo crescimento, passando de US\$ 13,8 bilhões em 1995 para US\$ 36,9 bilhões em 2006. Isto resultou num crescimento expressivo do saldo da balança comercial destes produtos, que passou de US\$ 7,3 bilhões em 1995 para US\$ 32,6 bilhões em 2006, o que representa um valor quase 4,5 vezes maior que o anterior (FRANÇA, GROSSI, MARQUES, 2009).

Com a importância que o Brasil vem assumindo no cenário agro alimentar mundial e com o inerente aumento da inserção do País em mercados internacionais, fica evidente a necessidade da agricultura familiar acompanhar as mudanças da dinâmica econômica vigente. Conforme Stoffel (2013), a inserção da agricultura familiar no mercado deve-se dar de forma independente e autônoma. Para isso o agricultor familiar deve estar apto ao surgimento de inovações em seus processos de produção, para que a partir daí obtenha ganhos de produtividade e conseqüentemente um incremento de lucratividade.

Todas essas informações ressaltam a inerente pujança que tem a agricultura familiar no cenário econômico e social nacional. Nisso, entende-se o jovem como um ator dos acontecimentos, tanto como sujeito ativo quanto como passivo aos mais diversos fatos. O jovem é alvo dos estudos desse trabalho, sendo que no mesmo é vislumbrada uma análise do contexto geral de agricultura familiar. Com isso, é importante avaliar as transformações existentes no setor rural e descrever a atual situação, com o fim de melhor elucidar então a própria situação do jovem nesse ambiente, como será visto no próximo conteúdo a ser abordado.

2.2 O êxodo rural de jovens

O êxodo rural ocorre com maior ou menor intensidade em diferentes grupos etários. Segundo Stoffel (2013) crianças, jovens, mulheres, homens, idosos têm cada um as suas expectativas e condutas em relação ao que tange o entendimento sobre condições de vida e decisões de permanência no meio rural. Isso torna fundamental analisar cada um dentro de suas especificidades.

No entendimento de Aguiar (2006), não há uma conceituação unívoca que possa delimitar julgamentos precisos sobre “juventude”. O mesmo autor ressalta que em torno dessa discussão há vários fatores sociológicos que necessitariam análises muito criteriosas para então se obter resultados consolidados e plenos do termo.

Na conceituação almejada pelo presente trabalho, é válido deixarmos de fazer prevalecer tão somente a busca de aspectos uniformes e homogêneos que venham a caracterizar esse período da vida. É importante compreender a juventude como um elo da construção social, situando-a então além dos limites atribuídos pela divisão etária ou de seus direitos constitucionais (CARNEIRO, 1998).

É necessário demonstrar dados que comprovem o êxodo rural dos jovens e para tal, temos a Tabela 04 que se segue. A mesma busca dar uma base real ao embasamento teórico subsequente. A seguinte tabela foi elaborada obedecendo ao padrão de análise adotado pelo Brasil, o qual considera jovens pessoas que se encontram na faixa etária compreendidas entre 15 e 29 anos.

Tabela 4: Situação domiciliar dos Jovens entre 18 e 29 anos de idade

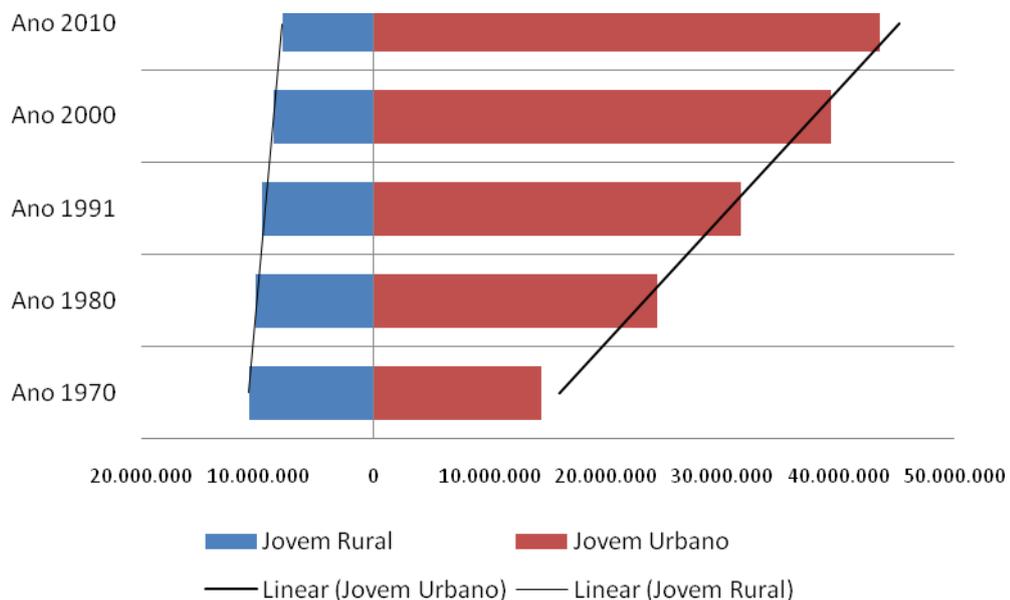
Unidade	Sexo	Grupos (de 15 à 29 anos)	Ano		Variação
			2000	2010	
Brasil	Homem	Urbana	19297356	21501393	11,4%
		Rural	4593404	4142670	-9,8%
	Mulher	Urbana	20034282	22021548	9,9%
		Rural	4014682	3664957	-8,7%
TOTAL			8608086	7807627	-9,3%
Rio Grande do Sul	Homem	Urbana	1076014	1147049	6,6%
		Rural	226743	178461	-21,3%
	Mulher	Urbana	1088812	1157230	6,3%
		Rural	198990	157599	-20,8%
TOTAL			425733	336060	-21,1%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

A partir da Tabela 04 é possível interpretar-se o fluxo migratório dentro da Federação e do Estado. Percebe-se que de modo geral, houve uma intensa urbanização da população, além de uma forte fuga dos jovens no meio rural. O Rio Grande do Sul teve uma redução de aproximadamente 21,1% da população jovem nos padrões da OIJ (Organização Ibero-Americana da Juventude). No âmbito nacional, também é possível identificar essa característica de êxodo rural de jovens,

que fez reduzir no meio rural cerca de 9,3% da população jovem. Nota-se que as mulheres não deixaram o campo tanto quanto os homens no âmbito nacional, assim como no Rio Grande do Sul, ou seja, houve uma equiparação na saída entre os sexos. A situação demográfica dos jovens no Brasil também pode ser analisada no gráfico a seguir, em um período mais longo.

Gráfico 1: População Jovem* Conforme Domicilio - Brasil (IBGE, 2010)



*Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

*Consideram-se jovens a população entre 15 e 29 anos (OIJ).

O Gráfico 1 demonstra a forte tendência de diminuição de jovens no meio rural e aumento dos jovens em perímetros urbanos, que vem se seguindo desde 1970. É possível identificar que há uma grande diferença entre as situações domiciliares dos jovens, sendo que enquanto a população jovem rural teve um decréscimo de aproximadamente -27%, a população de jovens urbana teve um incremento de 201% no mesmo período

A respeito da redução dos jovens no meio rural, é importante salientar que a realidade tanto do Brasil quanto do Rio Grande do Sul aponta também a uma redução na taxa de natalidade (STOFFEL, 2013). Esse apontamento contribui para a análise dos dados da tabela supracitada, tornando mais claros todos os fatores contributivos à diminuição da população tanto no perímetro urbano quanto no rural.

A decisão de deixar o meio rural por parte dos jovens vem de fatores com falta de unicidade de opiniões no meio acadêmico, porém têm-se estudos que buscam dar um viés a esse debate. Segundo Stropassolas (2006), os jovens necessitam ser entendidos, ouvidos e reconhecidos, necessitando a sociedade buscar essa concomitância, para por fim reger práticas que dêem expectativas para o futuro no campo.

O jovem, no seu processo de socialização, passa do mundo privado das relações familiares para o mundo dos espaços públicos, ampliando e buscando possibilidades de interação social em seu processo de apropriação do mundo (ANDRADE, 1998). A juventude, como construção social, é colocada como a fase da vida distinguida pelas incertezas relacionadas a decisões, expectativas e angústias para o cumprimento do papel de agente em meio à sociedade. Pode ser denominada como a fase da vida em que o jovem passa da heterogeneidade da infância para uma condição de maior autonomia reconhecida pela sociedade e depois assumida pelo indivíduo já adulto.

A migração dos jovens aparece como um símbolo da necessidade de redefinições e questionamentos no espaço rural e principalmente na agricultura familiar. Segundo Carneiro (1998) a partir dessa migração, a sociedade rural acaba se modificando além dos fatores econômicos e sociais, partindo para alterações no permeio dos valores culturais, isso devido aos jovens efetivamente se relacionarem com os dois mundos, o urbano e o rural.

Um aspecto grave que afeta a juventude rural é, indiscutivelmente, a sua invisibilidade social. Isto, segundo Aguiar (2006), é resultado da falta de programas governamentais que vislumbrem adequações à realidade da juventude rural, sendo os mesmos moldados em sua grande maioria conforme recortes da sociedade urbana.

Essa falta de ligação e nexos da juventude rural às políticas governamentais acaba por prejudicar ainda mais a manutenção da permanência do jovem no campo, sendo os mesmos também carentes de articulações que visem atender suas expectativas de modo geral.

Conforme Stropassolas (2006), evidências sugerem que os jovens reclamam por mudanças na condição social dos agricultores e sua inserção na sociedade, além de requererem mudanças nos valores fundamentais existentes entre as relações sociais agrícolas. Os jovens por não alcançarem êxito na busca por

mudanças na sociedade rural acabam indo prospectar na sociedade urbana – que é menos doutrinada – a possibilidade de promover suas mudanças. Todavia chegando à cidade, o jovem colono não tem integração social plena, mantendo assim traços culturais da identidade agrícola.

No intuito de esclarecer as diferentes alocações e visões dos jovens na sociedade, Aguiar (2006) em seu trabalho enfatiza cinco disposições preliminares do jovem, no sentido jovem - meio:

- a) O jovem visto como problema, ou seja, os jovens encontram-se em um dilema, pois ao serem vistos como um “problema social” ora são de quem a sociedade deve se proteger, ora são quem a sociedade deve acolher;
- b) Juventude e o caráter de “instabilidade”, isso devido a constante associação da juventude como faixa transitória entre a dependência familiar e a independência da fase adulta, sendo assim instável e inconstante;
- c) Os jovens sob o ângulo da “imortalidade”, ou seja, a moratória vital dos jovens, sem preocupações de tempo e espaço, acaba lhes desarticulando dos valores do ser *adulto*;
- d) O fator “responsabilidade” dos jovens rurais é uma das principais disposições que diferenciam jovens rurais dos jovens urbanos, isso pois em se tratando de pequenas propriedades, faz-se necessário que jovens auxiliem precocemente nos trabalhos, carecendo os mesmos de viver plenamente sua juventude conforme valores contemporâneos;
- e) Os jovens e as relações de sociabilidade: nesse quesito se ressalta a indiscutível necessidade do jovem se relacionar, interagir e trocar experiências, isso na maioria dos casos durante o lazer. Sendo assim, os jovens do meio rural encontram algumas dificuldades de socialização quanto menor a população rural existente.

No preâmbulo da conceituação de juventude, já é cabível longos debates e polêmicas, isso pois trata-se de uma fase com vastas mudanças psicossociais, em uma transição entre deixar de ser criança e adentrar ao conturbado ambiente adulto. Isso remete decisões sobre permanência na propriedade e subseqüentemente dar

continuidade aos afazeres da família. Porém, também há o vislumbre de uma mudança do modo de vida, encontrado então nas cidades.

Dessa forma, no difícil paradoxo de decidir sua permanência ou não no campo, o jovem rural acaba se tornando um ator multifacetário. Com dificuldades em ligar as relações movidas por tradições familiares que alimentam uma continuidade das atividades rurais ou alternativas que promovam a ruptura com o mundo rural, movendo-o para áreas urbanas (CARNEIRO, CASTRO, 2007).

Entende-se que o ambiente rural deixou de ser um espaço com traços e características que remetam unicamente à agricultura ou pecuária, ou seja, tornou-se um espaço mais heterogêneo. Essa diminuição das fronteiras entre os espaços urbano e rural, juntamente com a diminuição das perspectivas (considerando que os jovens aspiram para seu futuro a concretização de projetos que estão geralmente ligados à inserção no mundo moderno), acabam afetando diretamente as decisões juvenis (CARNEIRO, 1998).

Evidencia-se que, com o aumento da pluriatividade no meio rural, surgem novos aspectos sociais e culturais. Esses, conforme Stropassolas (2006), proporcionam uma mudança de comportamento naqueles que antes viviam em uma hierarquia familiar voltada ao trabalho agrícola, e agora vêem seus espaços ampliados com novas possibilidades de trabalho e sociedade

Na temática de jovens que deixam o campo, o “problema da questão sucessória” está dentre as principais implicações e que vem se agravando nos últimos anos. Isso acontece quando uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias e pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios, ou seja, a partir de novos valores e interesses, modifica sua visão sobre o meio rural (CARNEIRO, 1998).

O fato dos jovens estarem deixando o meio rural vem acompanhado de vários paradigmas e também dúvidas. Encontramos várias disposições teóricas e práticas, já levantadas por vários pesquisadores, que buscam demonstrar sucintamente motivos e também características de quem rompe sua ligação com o campo.

O conhecimento de executor das atividades que o jovem rural adquiria junto à família e à comunidade, até os anos 70 era considerado de certa forma suficiente para o mesmo executar a gestão do seu estabelecimento rural. Assim como a continuidade da profissão de agricultor era disposta como uma obrigação moral de comprometimento com a família. Atualmente a dinâmica de mercados faz com que,

assim como os demais setores econômicos do mundo, a agricultura se transforma de forma rápida. Dessa forma, se faz necessário que os jovens agricultores possuam um nível educacional mais elevado, além de terem uma formação profissional contínua, assunto que será tratado nos capítulos seguintes. Tudo isso, segundo Mello et al. (2003), faz com que jovens saiam do meio rural para se qualificar e por vezes, não mais retornam.

Estudos efetuados por Stoffel (2013), apontam que as necessidades de consumo de quem vive no campo são similares às de quem vive no meio urbano, isso em grande parte explicado ao acesso à informação de um contexto mundial mais globalizado. O consumo em si é uma das ferramentas mais utilizadas pelo jovem rural para equiparar-se ao jovem urbano no intuito de dissolver preconceitos e discriminações (WEDIG e MENASCHE, 2009).

Conforme Spanevello (2008) e Schneider (2006), a falta de lazer no meio rural também é um fator motivador à repulsão do jovem pelo meio rural. As atividades de lazer são limitadas à comunidade em vários casos, o que torna a integração social algo demasiado difícil, principalmente no tocante das jovens mulheres, que acabam tendo menor integração que os homens.

Também Wedig e Menasche (2009) avaliam que o jovem rural acaba deixando o meio rural na busca de independência, da renda própria e da autonomia. Isso tudo se justifica pelo fato de a maioria dos jovens rurais não possuírem uma renda fixa enquanto agricultores e auxiliares de seus pais. Com a falta de renda própria, o jovem rural acaba não tendo autonomia para o acesso ao consumo de bens que estão nos padrões atuais de consumo. Outro fator que influencia a renda dos jovens rurais é a renda global normalmente baixa da propriedade, que na maior parte dos domicílios com a predominância da agricultura familiar possui área de menor porte, o que também influencia na renda.

Os fatos não podem ser modificados e é sabido, por meio de levantamentos sócio-demográficos tal qual supracitado, que o campo está perdendo população de forma rápida. De certa forma, também surgem constatações que vão de encontro ao estudo aqui levantado, não de forma perpendicular, mas de maneira contributiva a formatar novas ideologias. É o que Wedig e Menasch (2009) buscam enfatizar, salientando que atualmente vem surgindo um movimento de valorização do meio rural por parte dos cidadãos. Essa valorização está relacionada basicamente ao modo de vida rural, que ainda que timidamente, continuaram a existir mesmo com os

avanços tecnológicos e os efeitos de modernização da sociedade. Isso se torna mais lúcido perante constatações por meio de entrevistas e questionários, de que o meio rural, com suas peculiaridades, é um lugar de bem viver.

É necessário encontrar meios de se demonstrar de forma didática, transparente e clara os efeitos do êxodo do jovem do campo. Também se faz imprescindível relatar e elucidar situações e acontecimentos que vão contra a prerrogativa de tendência ao êxodo hoje vigente. O presente trabalho busca em sua síntese teórica, abordar uma elaboração sugerida por Hamel (1999) apud Stropassolas (2006), a qual vislumbra uma maneira de enfrentar essa questão juventude passando pelo que chama de “epistemologia prática”, isto é, estudos de caso que consintam a articulação das teorias e conceitos com a explicação sociológica. A partir daí, transpõem-se as constatações que foram obtidas por meio dos questionários efetuados nos estudos de caso, a ser verificado nas constatações do trabalho.

2.3 O ensino superior e a qualificação da mão de obra no meio rural

Conforme Amartya Sen (2000), em sua teoria sobre a liberdade substantiva em uma abordagem sobre capacitações, explica analogicamente que a riqueza só tem valor ao ser humano devido às possibilidades que lhe traz, o mesmo vale para o conhecimento. Ou seja, a capacitação traz ao agente que lhe possui, a condição de liberdade de decisão. Com capacitação o agente não fica condicionado ao meio que lhe é imposto, mas pode, a partir do seu conhecimento, modificar esse meio ou simplesmente, optar por deixá-lo e ir ao encontro de outro que lhe atenda as expectativas. O autor utiliza-se de um exemplo bem didático, no qual supõe duas pessoas distintas que não se alimentam de carne, a primeira não se alimenta de carne, pois é vegetariana, a segunda (muito pobre) não se alimenta de carne, pois não a tem para consumo. O que difere as duas pessoas é que uma não se alimenta por opção, a outra, pois não tem opção. De forma similar a ação do conhecimento sobre o indivíduo, lhe fornece opções e conseqüentemente a liberdade de decidir.

Enquanto atividade econômica, o setor agropecuário está associado à um plano global de dinâmicas, onde uma infinidade de fatores condicionam os resultados tecnológicos, como a rentabilidade e a lucratividade. Dentre esses condicionantes podem-se citar os de natureza física e biológica, assim como os de

natureza institucional ou humana. Segundo Graziano da Silva (1993), os fatores de natureza humana são influenciadores diretos na gestão dos demais fatores (enquanto passíveis de controle). Um fator humano munido de qualificação executa a gestão dos trabalhos de forma mais eficaz e produtiva, aplicando da forma mais diligente possível as mais diversas técnicas e aprimoramentos.

O incremento de produtividade tem sido o principal fator responsável pelo crescimento da agricultura no Brasil nos últimos anos. É notório que o Brasil ainda possui fronteiras agrícolas a serem rompidas, contando então com possibilidade de expansão de áreas cultiváveis. Porém, no período 1975 a 2007, cerca de 90% do crescimento do produto da agropecuária pode ser atribuído ao aumento da produtividade. No período de 2000 a 2007, 87% do crescimento do produto tem sido uma contribuição da produtividade (GASQUES; BASTOS; BACCHI, 2008).

. A agricultura brasileira vem crescendo impulsionada especialmente pelos aumentos de produtividade da mão de obra, do capital e da terra. Conforme estudos e levantamento de dados, os ganhos de produtividade desses três elementos têm sido muito significativos. Nesse capítulo abordaremos com mais ênfase o posicionamento da mão de obra nesse cenário, isso com fim de justificar os efeitos de sua qualificação.

Conforme Abramovay et al. (2003), a qualificação da mão de obra está intimamente ligada ao termo educação, ao ponto de poder ser a primeira resultante da segunda, ou seja, pode-se aplicar o termo global “educação da mão de obra” no lugar de “qualificação de mão da obra” sem um comprometimento profundo de interpretação contextual. O autor ainda complementa o debate salientando que, na discussão atual sobre a educação, parece existir um consenso básico de que ela pode contribuir de forma significativa para a construção da equidade social, sobretudo em um contexto de crescimento econômico com vigora da exclusão, particularmente da população jovem.

A partir das últimas décadas houve uma reversão dos modelos de tecnologia e trabalho no meio rural, o que vem impondo a produtividade como referência valorativa do moderno. Tal mudança introduz a produtividade como objetivo da propriedade rural e altera fortemente nesse meio a identidade profissional e sociocultural do produtor. Nesse novo contexto, a referência usada é a do empresário, para o qual produtividade é sinônimo de lucratividade, a qual é o escopo almejado. Como consequência dessa mudança de modelos, o campo acaba

perdendo autonomia e necessitando buscar apropriação externa de tecnologia, energia, técnicas, recursos, equipamentos, insumos, mercados e até mesmo trabalho (GEHLEN, 2006).

Segundo Jean (1994), no trabalho agropecuário além do tempo de ocupação, há a necessidade de uma qualificação para produzir. O autor pondera que a modernidade no mundo operário exige uma qualificação técnica mais específica e restrita, o que difere do mundo agropecuário, que necessita uma qualificação mais ampla e abrangente. Isso se justifica, em parte, pois o produtor rural trabalha com várias etapas do processo de cultivo dos seus produtos.

Para ser eficiente no meio rural moderno, o produtor rural deve de certa forma, se desapropriar do conhecimento tácito e tomar para si um “novo saber”, ou seja, necessita profissionalizar-se. Essa é uma grande mudança, a qual promove consequências rápidas e por vezes violentas ao produtor rural. As implicações sobre o produtor afetam diretamente a dinâmica das relações econômicas, socioculturais e ambientais (GEHLEN, 2006).

No novo contexto de globalização e modernização, o desempenho profissional do agricultor depende em grande parte da sua capacidade de adquirir a qualificação técnica, esta exigida pela própria atividade agropecuária e cada vez mais complexa. Essa capacidade de adquirir competência está ligada a capacidade de ocupar espaços não agrícolas no meio rural, ou seja, tornarem-se pluriativos (WANDERLEY, 2000).

Segundo Bourg, apud Wanderley (1990), a profissão de agricultor é uma das que mais se modernizaram e ainda se modernizam. O autor argumenta que o agricultor é um profissional que tem a necessidade de calcular vários fatores, que influenciam direta ou indiretamente em sua produtividade, fatores como a preparação do alimento para o gado, aplicação de insumos, possibilidades de mercado, entre outros.

Além dos cálculos sobre o planejamento da apropriação da propriedade e a forma de produzir, o agricultor ainda necessita exercer a polivalência quanto à sua funcionalidade atribuída. Nas condições modernas de produção são necessários ao agricultor conhecimentos culturais, pedológicos, veterinários, genéticos, administrativos, comerciais, mecânicos e sem sombra de dúvidas, informáticos, entre tantos outros (WANDERLEY, 2000).

O termo agricultor empresário está cada vez mais presente em estudos contemporâneos, sendo que este agricultor tem de saber lidar com a diversidade de situações, tanto quanto com estratégias à serem adotadas. O agricultor além da competência quando a produção agropecuária, deve também ter noções da inserção em mercados competitivos, ou seja, sua atuação vai muito além da produção agropecuária. Isso lhe possibilita ganhos de produtividade e associação de renda (LACOMBE, 1990).

Conforme Muller (1989), a modernização da agricultura formatou um agricultor mais técnico, amplamente incluído em um sistema profissional. Estes teriam como principais características a aplicação de um sistema próximo ao “empresarial”. O autor ressalta que o exercício de função produtiva e função comercial, faz com que o agricultor precise adquirir competência no que se refere à gestão de seu “empreendimento” e ao controle de um sistema que associa diversas atividades. Esses atributos do agricultor moderno lhe tornam um forte agente demandante de conhecimento e qualificação, tanto profissional-produção/comercialização, quanto profissional-administrativa.

O gerenciamento de boa parte das propriedades rurais é muito superficial, deixando várias lacunas quanto à melhor forma de gestão. Conforme Blum (2001), a ineficiente gestão da maioria das propriedades rurais é devida a diversos fatores, entre eles: escassez e pobreza, descapitalização dos agricultores familiares e, a mão de obra de baixa qualificação, sendo esta última a mais influente, por caracterizar aspectos e traços culturais do agricultor. O mesmo autor ressalta que a má gestão tem então várias pesadas consequências, como a forma precária de comercialização, baixa escala de produção, pouco valor agregado à produção, pouca (e em alguns casos excessiva) diversificação da produção, tecnologias ultrapassadas e/ou incompatíveis, relações de trocas geralmente desfavoráveis e, por falta de formação, fica distante de informações para acesso à propostas governamentais (BLUM, 2001).

Segundo proposta de José Eli da Veiga (2000), só será possível acompanhar as mudanças provocadas pela globalização e modernização (inclusive as questões ambientais) a partir de uma profunda mudança no sistema educacional disponível aos cidadãos domiciliados no setor agrário - assim como nas cidades. A partir dessa mudança, seria ultrapassado um dos principais obstáculos à melhor distribuição de renda e conseqüentemente ao desenvolvimento brasileiro.

No atual embasamento sobre qualificação, parece existir um consenso no tocante à sua grande importância para o futuro do setor agrário. Conforme estudo desenvolvido por Abramovay et al. (2003) no meio rural na fronteira oeste do estado de Santa Catarina, a alguns anos atrás o saber ler e escrever bastava para desenvolver as atividades no meio rural. Esse nível de escolaridade é considerado baixo, porém, como os conhecimentos no setor agrário eram tidos pela vivência e posteriormente repassados de geração em geração, tinha-se como suficiente essa qualificação composta pela alfabetização mínima e conhecimento familiar. Contudo, essa concepção sofreu alteração na atualidade, sendo que os próprios pais sentem que seu passado é inadequado para orientar o futuro dos filhos.

O cumprimento da atividade agrícola no passado não estava associado à necessidade de se qualificar (STROPASSOLAS, 2006). Porém, no vislumbre de um futuro próspero para o meio rural, é necessário aprender e explorar novos processos de produção, novas formas de organização desta produção e novos conhecimentos e capacidades de lidar com o mercado e com instituições financiadoras. Deste modo, são conhecimentos, práticas e valores de certa forma diferentes daqueles que até então faziam parte do universo dos agricultores familiares e moldavam o processo produtivo agrário vigente.

Segundo Abramovay (et al., 2003), o agricultor precisa transformar sua visão global das atividades exercidas em sua propriedade:

A gestão de uma propriedade familiar com produção diversificada e inserida no mercado é intensiva em conhecimentos multidisciplinar, sobretudo quando se trata da produção com características diferenciadas. Neste caso o agricultor tem que combinar conhecimentos específicos da produção agrícola (agronômicos, climáticos, biológicos, mercado, etc.) com conhecimentos de gerenciamento (análise de projetos, análises financeiras, organização do estabelecimento, contabilidade, etc.) (ABRAMOVAY et al., 2003).

O agricultor deve entender que para conseguir usufruir das novas oportunidades de renda oferecidas para o meio rural, terá de modificar a atual realidade de qualificação que vigora sobre os responsáveis pelo estabelecimento e seus prováveis sucessores, buscando atender as exigências profissionais. Se for

possível melhorar a qualificação da nova geração de agricultores, a reorganização da produção familiar para sua inserção nas novas oportunidades de mercado, certamente ficará facilitada. A qualificação não apenas amplia os conhecimentos básicos de leitura e escrita, de operações que envolvam cálculos, mas também motiva atitudes como confiar nos resultados de uma efetiva organização e na importância que têm as inovações (DIRVEN, 2000).

Então, para ter ingresso no futuro a mercados mais promissores, os agricultores precisam pactuar as competências e conhecimentos herdados das gerações anteriores com conhecimentos e práticas mais contemporâneos. A questão da qualificação tende a ser um dos fatores determinantes da inclusão ou dos agricultores nas novas atividades que se apresentam para o espaço rural (ABRAMOVAY et al., 2003).

A disparidade rural-urbana é um dos grandes fatores contributivos a desigualdade existente no Brasil. A agricultura familiar, com todos os seus efeitos socioculturais e econômicos, é vista como um grande agente do desenvolvimento e, o fortalecimento da agricultura familiar passa necessariamente por uma profunda reforma educacional, a qual aspira uma ampla qualificação da mão de obra, sobretudo dos jovens (VEIGA, 2000).

2.4 A propriedade rural vista como empresa

A partir do final do século XX, o cenário econômico mundial sofreu impactantes alterações. Isso se deve principalmente pelos efeitos da globalização, a qual promove uma maior interação entre mercados e países. Com isso, se tornou necessários padrões de excelência nos produtos e serviços para que seja possível competir no mercado internacional (GASQUES, BASTOS, BACCH, 2008).

No intuito de aprimorar continuamente resultado e desempenho no setor industrial, a partir da década de 90, vários modelos de produção e gestão começaram a ser desenvolvidos e implantados. A maioria dos modelos (como por exemplo, o japonês “Qualidade Total”) vislumbra em sua metodologia mudanças na forma de organizar o trabalho, no papel do trabalhador e na relação entre empresa e trabalhador (FLEURY, 1997).

Essa necessidade de mudança e aperfeiçoamento do setor industrial alavancou tais mudanças em outros setores, como o de serviços e o agropecuário.

Para esses setores foi transferida a filosofia primordial que os modelos de produção e gestão industrial contemplam, sendo estas resumidamente: estabilidade no emprego, salário acima da média do mercado, alto investimento na formação da mão de obra, inovação tecnológica, maior polivalência dos trabalhadores, busca de adesão do sindicato aos objetivos da empresa, participação dos empregados nas decisões relativas ao seu setor de trabalho, maior autonomia, maior controle do processo de trabalho por parte dos trabalhadores, redução dos níveis hierárquicos e fragmentação da empresa em pequenas unidades com a finalidade de facilitar seu controle (LIMA et al., 1995).

Com a experiência de implantação de modelos de gestão e produção em propriedades no setor agropecuário, foi possível obter-se resultados mais qualificados, os quais atendem as necessidades mercadológicas atuais, surgindo então o conceito de Empresa Rural. Conforme Abramovay et al. (2003), a agropecuária é um setor com uma série de vetores que influenciam seu resultado, entre eles, fatores biológicos e em especial o fator climático, que exige que o agricultor saiba se preparar para oscilações de produção, preço e demanda.

Conforme Fleury (1997), o sistema de Empresa Rural, assume um importante papel para o alcance de melhores resultados nas propriedades rurais. O produtor rural que implementa um sistema mais expressivo de gestão na sua propriedade rural, acaba conseqüentemente tendo um maior controle patrimonial, diminuição de riscos, possibilidade de incremento de renda, visualização de novas oportunidades, concomitância de suas atividades com tendências de mercado e principalmente, conseguem elaborar de forma mais clara e precisa um planejamento de sua atividade de empresa rural.

No que se refere ao termo Empresa Rural, um dos agentes mais importantes é o Empreendedor Rural. Este possui uma série de habilidades, as quais o tornam segundo Schumpeter (1982) um contribuinte chave para o desenvolvimento, principalmente do setor agropecuário nacional. Como principal agente da inovação, o perfil do empreendedor apresenta características comuns, como:

- Visualizar oportunidades;
- Ter persistência;
- Ser capaz de interagir no mercado (comercialização) de maneira eficiente;
- Ter uma boa rede de relacionamentos;

- Visualizar as necessidades do mercado;
- Ter opinião própria;
- Assumir riscos;
- Ser um líder entusiasmado;
- Buscar desenvolvimento contínuo

Essas habilidade em grande parte são obtidas a partir da qualificação, ou seja, a capacitação do empreendedor rural na maioria das vezes depende de seu nível de qualificação. Essa, pode não ser adquirida em meio acadêmico, porém, no meio acadêmico é encontrada por quem a busca.

3 METODOLOGIA

A palavra Metodologia vem do grego *meta*, que significa largo; *odos*, caminho; *logos*, discurso, estudo. Ou seja, a metodologia é manifesta como uma área que se relaciona com a epistemologia, que também é uma parte da filosofia, a qual estuda a origem, natureza, métodos e limites do conhecimento e os critérios que condicionam a validade dos nossos conhecimentos, é um conjunto de procedimentos utilizados em pesquisa (SILVA, 2005).

A presente pesquisa foi elaborada a partir do método dedutivo, sendo este, conforme Santos (2005), o método que parte da situação geral para explicar as particularidades e então chegar a conclusão afirmativa. A dedução é composta de quatro principais fases: a evidência, a análise, a síntese e a enumeração. A principal diferença entre o método dedutivo para o indutivo é que esse parte do estudo particular para o geral.

As pesquisas também se classificam quanto a sua finalidade (pura ou aplicada), sendo que o trabalho se ateve a uma pesquisa aplicada. De acordo com Vergara(2004) a pesquisa pura - ou pesquisa básica- tem por finalidade o conhecer por conhecer. Está mais em nível da especulação mental a respeito de determinados fatos. Chama-se também de pesquisa teórica. É diferente da pesquisa aplicada, esta é aquela em que o pesquisador é movido pela necessidade de conhecer para efetuar a aplicação imediata dos resultados. Contribui para fins práticos, tendo em vista a solução mais ou menos imediata de problemas deparados na realidade.

A forma de abordagem da pesquisa é híbrida, pois a mesma irá ser elucidada de forma quantitativa e qualitativa. A pesquisa quantitativa e a qualitativa são coletivamente chamadas de pesquisas empíricas, sendo que conforme Marconi e Lakatos (2002), a pesquisa quantitativa deve atender, quando possível, expressividade em conceitos numéricos, sendo que o trabalho deve por si propiciar a uma constante (e paciente) evolução dos dados, levando a uma solução real lógica. O método qualitativo difere do quantitativo quanto a sua reprodução, sendo ele não representado de forma numérica ou métrica, mas sim de forma a atribuir traços e conceitos sobre determinado fato, exemplificando a amplitude do sentido atribuído às categorias de análise, estimulando o leitor a novas intuições (GIL, 1990).

Conforme Santos (2005), a pesquisa pode ser classificada ou dividida basicamente de duas maneiras: primeiramente com base nos procedimentos técnicos utilizados pelo pesquisador e posteriormente a pesquisa é feita conforme os objetivos pretendidos.

Quanto aos objetivos, a pesquisa pode ser exploratória, descritiva e explicativa. A pesquisa exploratória se classifica principalmente pela falta de dados disponíveis, ou seja, busca aperfeiçoar e aprofundar ideias e a construção de hipóteses, elaborando respostas antecipadas. Seu planejamento é reativamente simples e objetivo. Na pesquisa descritiva é feita a descrição das características de uma determinada população, estudo descritivo de determinado fenômeno e suas variáveis. A pesquisa explicativa visa estudar os fatores que determinam a ocorrência de determinados fenômenos, aprofundando-se acerca da realidade (SANTOS, 2005). A pesquisa está baseada nos três objetivos, vislumbrando explorar uma área pouco estudada – retorno de mão de obra ao meio rural – e descrever o estudo de caso, além de explicar os principais fatores motivadores ao acontecimento do evento.

No que tange a classificação da pesquisa quanto aos procedimentos, a presente pesquisa se utiliza da pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Conforme Gil (2010) a pesquisa bibliográfica é feita com base em documentos já elaborados, tais como livros, dicionários, enciclopédias, periódicos, publicações, ensaios críticos, entre outros. A pesquisa também se detém no procedimento de estudo de caso, que nada mais é que um estudo que analisa com profundidade um ou poucos objetos (fatos), com vistas à obtenção de um grande conhecimento com riqueza de detalhes do objetivo estudado, tarefa praticamente impossível perante outros delineamentos. É usado nos estudos exploratórios e no início de pesquisas mais complexas.

A amostra é uma parte do todo (população ou universo) a ser investigada, analisada para chegarmos a algumas conclusões. Utilizamos a amostragem quando há necessidade de se coletar uma grande quantidade de dados e informações sobre determinado assunto para chegarmos a alguma conclusão sobre os dados colhidos (SILVA, 2005). No estudo de caso do presente trabalho é utilizada uma amostra de indivíduos que atentam aos seguintes pré-requisitos:

- Possuem qualquer formação no ensino superior;
- Estão vivendo no meio rural;

- A atividade que praticam no meio rural é na modalidade de produção familiar;
- Aplicam seus conhecimentos nas suas atividades;

Essas características são devidas a amostra necessariamente precisar distinguir o perfil de indivíduos que buscamos demonstrar ao estudo.

A pesquisa se utiliza de instrumentos para coleta de dados indispensáveis à compreensão da realidade investigada. No caso, será utilizada como instrumento a entrevista.

A entrevista é um excelente instrumento de pesquisa e é largamente utilizado no mundo das organizações, com múltiplas finalidades. Conquanto a entrevista seja um instrumento questionável devido a sua validade empírica, a entrevista é um grande aliado dos pesquisadores, desde que usada com critérios técnicos o mais preciso possível. A entrevista utilizada para a execução desta pesquisa está posta como apêndice ao final do trabalho.

O presente trabalho se limita aos quatro casos estudados, pois se trata de um estudo de caso, o qual não qualifica uma amostra considerável que venha a demonstrar uma possível realidade de uma unidade de estudo. A opção por efetuar os estudos de caso no município de São Martinho foram devido a conveniência da obtenção de dados e também devido ao município possuir grande incidência do êxodo rural de jovens e por conseqüência, tem reflexos diretos na sua economia.

Com o objetivo de não expor a identidade dos quatro produtores entrevistados do Município de São Martinho, foram dados a cada produtor uma identidade com fins acadêmicos, sendo que os quatro produtores estão divididos e representados pelas quatro letras alfabéticas A, B C e D. As entrevistas estão arquivadas para fins de confirmação de idoneidade de informações.

4 RESULTADOS

4.1 Caracterização do município.

São Martinho é um município do interior do estado do Rio Grande do Sul, emancipado ao dia 30 de março de 1963. Está localizado na Latitude $-27^{\circ} 42' 26''$ e Longitude $-53^{\circ} 58' 07''$, estando ainda à 448m de altitude em relação ao nível do mar. São Martinho está adicionado à Mesorregião Noroeste Rio-Grandense, também incluído no COREDE de Três Passos e compondo a Microrregião Celeiro. O município se situa à aproximadamente 456 km de distância de Porto Alegre a capital do Estado. Na Figura 1 está ilustrado um mapa onde está sinalizada a localização do Município de São Martinho no território do Rio Grande do Sul.

Figura 1: Localização de São Martinho no Rio Grande do Sul.

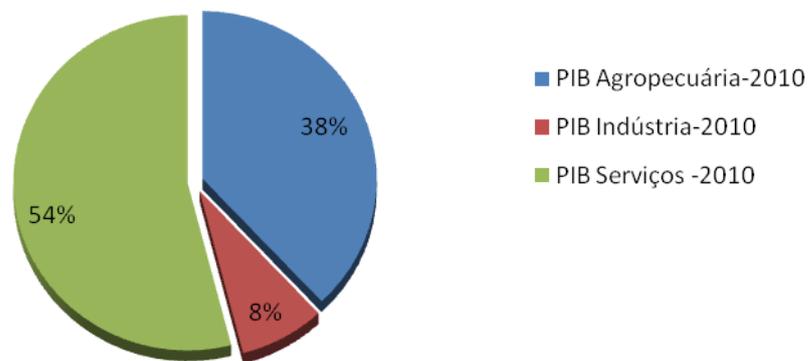


Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

São Martinho possui um território de aproximadamente 172 km², com aproximadamente 29 km² de cobertura vegetal nativa (IBGE, 2012). O gentílico do município é São - Martinhense. O município possui uma população em sua maioria de origem germânica, com predominância alemã, porém também possui uma composição étnica variada, com luso-hispânicos e também italianos (IBGE, 2012).

O Gráfico 2 representa a composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de São Martinho, dividido por setores.

Gráfico 2: Composição PIB de São Martinho (IBGE, 2010)



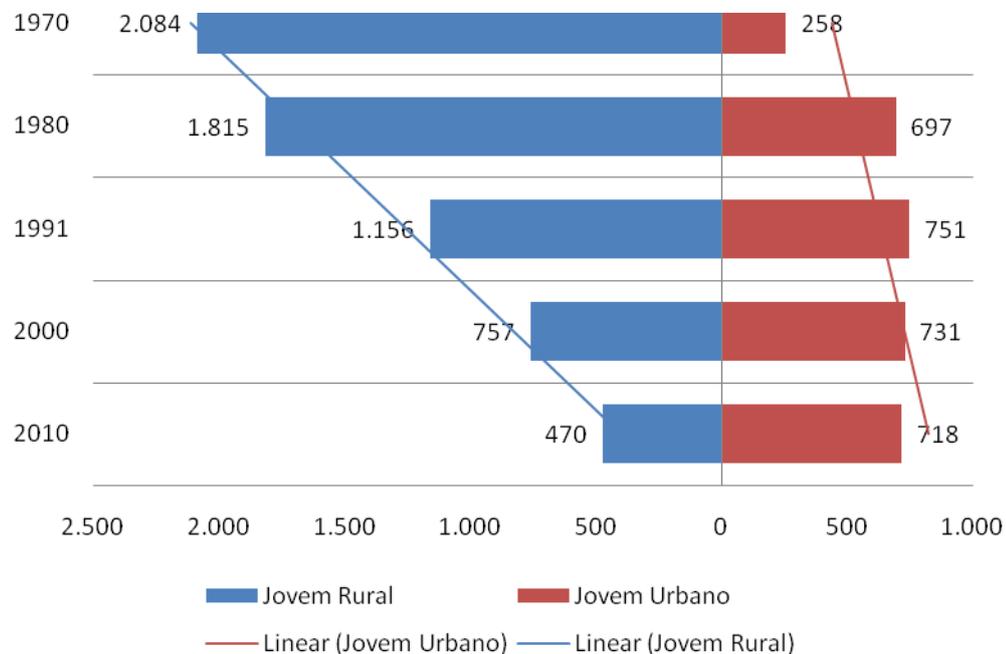
Fonte: IBGE, 2010.

O agronegócio é um forte setor econômico de São Martinho, correspondendo a 38% do PIB municipal. Nota-se que é um município ligado também fortemente à agricultura e a prestação de serviços, sendo que o setor industrial é pouco expressivo e também pouco desenvolvido.

Conforme o IBGE (2013), existem hoje no município de São Martinho por volta de 40 empresas de pequeno porte com até 10 funcionários que atuam na transformação de materiais (indústria) e aproximadamente 180 pontos comerciais, que estão atrelados ao setor de serviços. Isso comprova que o município tem uma grande parte da população empregada no setor agropecuário.

O Gráfico 3 a seguir procura demonstrar a situação domiciliar dos jovens no município de São Martinho.

Gráfico 3: População Jovem* Conforme Domicilio - São Martinho (IBGE, 2010)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

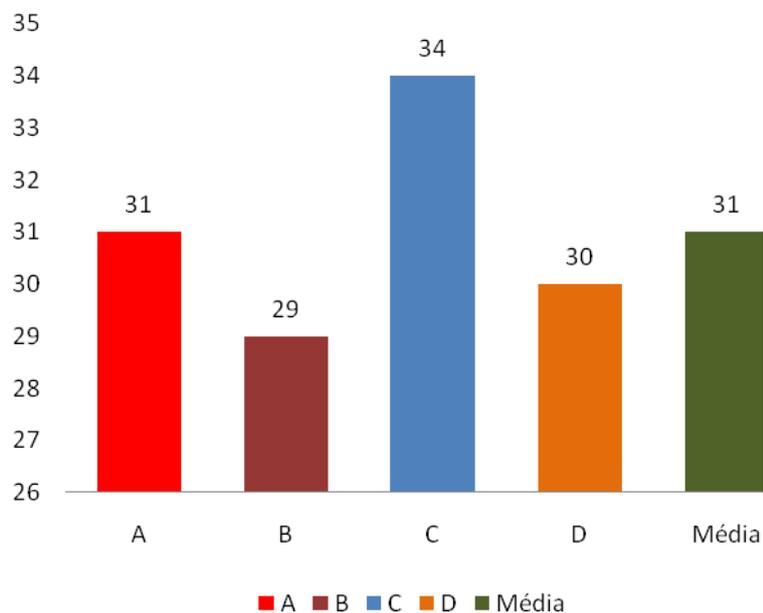
*Consideram-se jovens a população entre 15 e 29 anos (Organização Ibero-Americana da Juventude).

A partir do Gráfico 2 é possível identificar que no município de São Martinho ocorreu a mesma tendência observada nos âmbitos Estadual e Nacional. É perceptível a grande diminuição do número de jovens residentes no meio rural (redução de -343% de 1970 até 2010), em contrapartida, um aumento do número de jovens no meio urbano (um incremento de 64% de 1970 até 2010). Na realidade visualizada em loco no município é importante ressaltar, que a população urbana, no último censo também demonstrou uma redução, isso é possivelmente justificado pelas reduções do índice de natalidade e pelo grande número de jovens que deixaram o município em busca de centros maiores.

4.2 Análise do questionário

Em um primeiro momento o questionário busca elucidar o perfil dos produtores entrevistados, com a finalidade de dar maior entendimento da abordagem. Foram questionadas às amostras suas respectivas idades. O Gráfico 4 à seguir representa as idades deparadas junto aos produtores.

Gráfico 4: Idade média das amostras estudadas - São Martinho, RS.



Fonte: Elaborada pelo autor

O gráfico demonstra as respectivas idades das amostras A, B, C e D, além de demonstrar a idade média, a qual se estabeleceu como 31 anos de idade. É importante ressaltar que todos esses produtores deixaram o meio rural enquanto jovens, e retornaram ainda nessa condição, estando hoje acima da faixa que compreende à nomenclatura “Jovem” segundo a OIJ (Organização Ibero-Americana da Juventude).

No tocante à qualificação, todos os casos estudados estavam em acordo com a temática do trabalho, tendo os produtores A, B, C e D curso de graduação superior. Algo importante a salientar é que o produtor D possui pós-graduação em Agronomia.

Com relação à área formação acadêmica, os entrevistados A e B possuem formação de Bacharel em Economia. O entrevistado D possui formação de Bacharel em Agronomia além de possuir uma pós-graduação na mesma área. Já o entrevistado C possui formação de Bacharel em Administração. É válido ressaltar que todos os entrevistados possuem formação que lhes fornece um subsídio intelectual muito associado à atividade de gestão.

Quanto ao matrimônio, somente o entrevistado B não possui laços de matrimônio formalmente estabelecidos (ressalva-se que é o mais jovem, com 29 anos), os demais entrevistados estão todos formalmente casados. Também é o entrevistado B o único que não possui filhos, sendo que os demais apresentam respectivamente A dois filhos, C dois filhos e D quatro filhos.

Questionou-se a todos os entrevistados se haviam exercido alguma atividade profissional no período em que deixaram a o meio rural e foram residir na cidade. A resposta quanto a essa questão foi unânime, sendo que em média, trabalharam 3 anos e 3 meses no meio urbano, sendo que o entrevistado A trabalhou no setor bancário como estagiário; o entrevistado B no comércio de materiais de construção; o entrevistado C trabalhou no setor público e também empreendeu no comércio de eletrônicos; o entrevistado D trabalhou no setor de serviços. A partir daí, percebe-se que os jovens além da qualificação, buscaram experiência profissional.

Foi interrogado aos entrevistados uma valoração de interesses, no viés de entender quais os temas de maior interesse dos entrevistados. O questionário foi feito de forma que o valor 1 significa mais importante e o valor 6 o menos importante, o resultado se deu conforme a Tabela 05 a seguir.

Tabela 5: valoração de importância conforme tema:

Importância conforme o tema				
Nível de Importância	Entrevistado			
	A	B	C	D
1	Economia	Economia	Economia	Economia
2	Tecnologia	Esportes	Noticias	Noticias
3	Noticias	Noticias	Tecnologia	Tecnologia
4	Esportes	Lazer	Lazer	Lazer
5	Moda	Tecnologia	Moda	Esportes
6	Lazer	Moda	Esportes	Moda

Fonte: Elaborado pelo autor.

É possível, a partir do questionário, verificar que o tema Economia em todos os casos se colocou como tema mais importante. Os temas Notícias e Tecnologia revezaram-se entre si como temas seguintes aos quais os produtores mais se interessam. Os temas Moda e Esportes tiveram uma valoração bem disforme, na como sendo de menor importância aos entrevistados. Com relação ao tema Lazer, em três dos quatro casos estudados, permaneceu como um interesse intermediário.

Em todos os casos estudados, o produtor executa as atividades de administrador e operador, ou seja, executa as tarefas cotidianas da propriedade e também elabora o planejamento e tomada de decisões dessas atividades, juntamente aos seus controles e comercialização.

Uma questão que tem grande valor na entrevista feita foi referente à renda da propriedade, conforme atividades desenvolvidas, para tal, a Tabela 06 melhor representará os resultados.

Tabela 6: Receita por entrevistado conforme atividade

Receita por entrevistado				
Atividade	Valor da Produção (ultimo ano)			
	A	B	C	D
Cultivo de Milho	R\$ -	R\$ 5.264,00	R\$ 3.080,00	R\$ -
Cultivo de Soja	R\$ 167.400,00	R\$ 28.566,00	R\$ 13.716,00	R\$ 148.500,00
Cultivo de Trigo	R\$ 72.675,00	R\$ 17.955,00	R\$ 7.695,00	R\$ 74.100,00
Suinocultura	R\$ -	R\$ 563.350,00	R\$ -	R\$ -
Produção leiteira	R\$ 209.123,50	R\$ -	R\$ 314.640,00	R\$ 158.004,00
Receita mensal líquida	R\$ 7.486,64	R\$ 10.252,25	R\$ 5.652,18	R\$ 6.343,40

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da tabela supracitada, é possível ter uma breve demonstração da renda que tais produtores obtêm da sua diversificação de atividades. É válido ressaltar que (assim como todos os demais dados) o valor demonstrado pela receita mensal líquida é o valor obtido a partir das informações repassadas pelos próprios entrevistados, os quais segundo suas planilhas de controle calculam em média 80% de custo sobre suas atividades. Com uma renda média de 10,9 salários mínimos entre os entrevistados, se faz perceptível que se trata de uma renda relativamente boa, se comparada com várias outras atividades profissionais.

Para fins de poder esclarecer melhor a formação de renda, foi questionado aos produtores entrevistados quais são as medidas de seus imóvel rurais, para tal, obteve-se o entrevistado A com 60 hectares de terra, o entrevistado B com 20

hectares, o entrevistado C com 18 hectares e o entrevistado D com 55 hectares. Nota-se que todos estão enquadrados dentro das condições e características que o Governo Federal delimita para definir Agricultura Familiar, correspondendo uma área inferior a quatro módulos fiscais.

Após essa caracterização dos produtores entrevistados será abordada a sua perspectivas perante sua saída e retorno ao meio rural. Para melhor demonstrar as respostas obtidas pelo restante da entrevista, a seguir serão dispostas as perguntas, com as respectivas respostas para cada produtor entrevistado.

“Em sua análise, quais os motivos que inicialmente lhe levaram a deixar a área rural?”, os entrevistados responderam:

Entrevistado A: *Eu saí pensando em voltar, em uma espécie de compromisso como eu sou o único filho homem de meu pai. A agricultura estava pouco rentável, mas eu percebia que haviam formas de reduzir custos e tentar melhorar a renda, porém eu precisava me qualificar para poder por em prática minhas ideias, para isso, fui trabalhar fora, estudar e então retornei.*

Entrevistado B: *Como eu era jovem, buscava crescimento, renda, busca de oportunidades, na época minha visão de agricultor ir para a cidade também significava status, mas eu buscava também uma rotina mais definida, diferente da agricultura que não possui horários definidos para atividades, pois depende do tempo e clima, enfim, eu também queria ter meus “fins de semana”.*

Entrevistado C: *A vulnerabilidade da agricultura, o alto risco que é inerente à atividade agrícola, essa instabilidade que eu via meus pais passarem me fazia ter vontade de deixar o meio rural e buscar algo mais rentável, mais estável e menos árduo de se fazer. Nessa época eu via a cidade como um manancial de oportunidades.*

Entrevistado D: *Sai buscando outra forma de viver. Eu buscava um trabalho menos pesado e mais estável, pois no meio rural tudo gira em torno do clima, se as colheitas vão bem, o agricultor vai bem, caso contrário, o agricultor passa grandes necessidades. Essa questão da renda era muito impactante em minha decisão, mas eu também queria ter uma experiência fora, independência longe de casa.*

“Em sua análise, quais os motivos que lhe levaram a retornar ao meio rural?”, foram obtidas as respectivas respostas:

Entrevistado A: *Primeiramente, pois gosto da agricultura e já saí pensando em voltar, mas também, pois percebi várias oportunidades no meio rural. Havia e ainda*

há uma escassez de mão de obra, pois poucos querem permanecer no meio rural, então vi aí oportunidades, tentando implementar máquinas e diminuir mão de obra. Além do fato de que a agricultura está em evidência no mundo, com todo esse consumismo.

Entrevistado B: Após eu sair da agricultura e me graduar, pude perceber oportunidades no meio rural e também percebi que podia tornar a propriedade de meus pais mais rentável. Também retornei pois trabalhei em empresas privadas, o que me mostrou que era possível administrar uma propriedade rural como uma empresa, assim sendo, retornei por tinha a ambição de ter meu próprio negócio. A partir daí, organize-me melhor e consegui implementar horários e fiquei menos vulnerável à riscos inerentes à atividade.

Entrevistado C: Com o surgimento de novas tecnologias, a agricultura ficou menos instável e ganhou um grande aumento de produtividade, isso conseqüentemente aumentou a renda. A partir daí, com o conhecimento que obtive estudando e trabalhando fora do meio rural, eu percebi oportunidades de ganho de renda. Com as novas tecnologias ocorreu um melhoramento nas condições de trabalho (tratores, controles de pragas) e também o governo concedeu recursos subsidiados para melhorar a propriedade.

Entrevistado D: Retornei por vários motivos, entre eles o custo de vida mais baixo, a qualidade de vida no contato com a natureza. Outro grande fator foi o momento econômico que eu percebi que estava por vir, onde o agronegócio se tornou de certa forma mais rentável. Eu percebi que podia melhorar as atividades com um pouco mais de planejamento e controle. Também pensei nos meus filhos, que teriam a oportunidade de crescer em um ambiente mais saudável, com menos influencia de criminalidade e mais segurança.

“Após o retorno para o meio rural, você conseguiu aplicar os conhecimentos adquiridos? Se conseguiu, de que forma o fez?”, foram obtidas as respectivas respostas:

Entrevistado A: Sim. A partir da implementação de controles de produção e controles de custos foi possível aumentar a renda da família, isso então possibilitou planejamento de implantação de novas tecnologias, que conseqüentemente tem como resultado o aumento da eficiência e renda. Acaba virando um fluxo circular muito benéfico. Além disso consigo avaliar qual o melhor momento de comprar

insumos ou vender os produtos, já que na maioria dos casos a dinâmica do mercado influencia os preços agrícolas.

Entrevistado B: Sim. Mesmo que não tenha conseguido implantar tudo o que aprendi, consegui colocar em prática ações muito importantes e urgentes, como controles financeiros, gestão de recursos humanos disponíveis, organização, controle e planejamento de produção e visão de oportunidades. Ao meu ver, uma das ações mais importantes que coloquei em prática foi a implantação de metas, principalmente na suinocultura, a qual, pequenas ações modificam muito um resultado final de lucratividade.

Entrevistado C: Em parte sim. Consegui implantar planilhas de controles de custos, produtividade, racionalização de tarefas e elaborei planejamentos de produção. Devido à restrição orçamentária inicial, não pude incrementar várias melhorias tecnológicas, porém, com o aumento da minha renda, atualmente estou fazendo melhorias e investimentos tecnológicos, além de renovação de maquinário.

Entrevistado D: Sim. Coloquei em prática controles mais eficientes e precisos, isso permitiu um melhor planejamento das atividades na propriedade. Após ter conseguido minha graduação também aprendi como negociar com fornecedores e com quem negocio minha produção.

“Considera sua propriedade um exemplo à outros produtores?()Sim ()Não. Por quê?”, foram obtidas as respectivas respostas:

Entrevistado A: Sim. Não sei como as outras propriedades estão, mas a minha está com alto índice de liquidez, com todas as contas e investimentos em dia e além do mais, estamos vindo em constante aumento de produtividade e eficiência na produção, além de termos ganhado um prêmio pela empresa que negociamos nossos suínos, prêmio esse de maior produtividade do Estado.

Entrevistado B: Sim. Porque conheço vários produtores que tem mais condições que eu (capital, patrimônio) e não conseguem ter a mesma eficiência em sua propriedade. Também acredito que seja um exemplo devido ao empenho e dedicação, além da organização e higiene.

Entrevistado C: Sim. Pois freqüentemente recebo visitas de outros produtores, os quais vem até minha propriedade aprender minha forma de trabalho. Acho que isso significa que sou um exemplo a ser seguido.

Entrevistado D: Sim. Pois vejo muitas propriedades que oferecem condições de seus proprietários aumentarem suas rendas e viver melhor, porém, não fazem

planejamento, não se organizam e não visualizam as várias oportunidades do meio rural.

“Quando você retornou para a agricultura sucedeu aos seus pais ou iniciou nova atividade?”, foram obtidas as respectivas respostas:

Entrevistado A: *Sucedí meus pais, porém modifiquei algumas coisas na forma de trabalhar, além de incrementar atividades diferentes, como o leite.*

Entrevistado B: *Sucedí meus pais. Mas praticamente tínhamos a suinocultura só para subsistência, hoje, é a minha principal atividade.*

Entrevistado C: *Sucedí meus pais. Porém modifiquei o foco da propriedade, que agora é o leite.*

Entrevistado D: *Sucedí meus pais. Porém diversifiquei nossa atividade, que era só a cultura de grãos e agora também trabalhamos com gado leiteiro.*

“Você vê futuro na agricultura para seus filhos? () Sim () Não. Por quê?”, foram obtidas as respectivas respostas:

Entrevistado A: *Sim. Há um futuro promissor, principalmente pela falta de pessoas interessadas em trabalhar no meio rural, é a lei da oferta e demanda, está aumentando a demanda de alimentos com o aumento da população, em compensação está diminuindo a oferta de trabalhadores no meio rural, que é o responsável pela produção de alimentos.*

Entrevistado B: *Sim. Vejo futuro devido a rentabilidade que já é possível alcançar, pela qualidade de vida que as tecnologias estão possibilitando, por serem os donos de seus negócios, assim como, não dependerem de patrões, também pela educação futura dos meus netos.*

Entrevistado C: *Sim. Principalmente pela falta de pessoas interessadas em permanecer no meio rural, com o tempo, será muito valorizado quem estiver nesse meio. Também vejo futuro pelo grande número de oportunidades de cultivos e produtividade que vem surgindo com a evolução das tecnologias.*

Entrevistado D: *Sim. Vejo futuro pra eles por existir muitas oportunidades, pela importância que a agricultura vai ter com esse grande aumento da população e pela qualidade de vida, pois com o advento de novas tecnologias o trabalho está ficando menos árduo, além da questão da tranquilidade do meio rural, longe do stress das cidades.*

“Para o meio rural não “perder” jovens que ainda vivem no meio e promover o retorno dos que saíram, qual a sua sugestão?”, foram obtidas as respectivas respostas:

Entrevistado A: *O governo deve criar programas e adequar programas já existentes (como créditos como o Banco da Terra, programas habitacionais rurais). Também devem ser oferecidos aos jovens formas mais seguras de permanecerem no meio rural, como seguros agrícolas da produção e avaliar a possibilidade de o agricultor também ter férias, o que hoje é praticamente impossível. Também deveria ser revista a questão previdenciária do trabalhador rural, além de levar infraestrutura ao meio rural, para que os jovens tenham acesso à internet rápida, luz, água, lazer, entre outros.*

Entrevistado B: *Deve-se investir em educação, principalmente qualificação da mão de obra para a atividade rural. Também seria muito importante o governo se comunicar mais com o jovem rural, para que o mesmo saiba das oportunidades existentes. Outro problema que deveria ser visto é referente a estabilidade no meio rural, para que o jovem possa se planejar e então permanecer no meio rural, o que hoje é comprometido por frustrações de safra, oscilação de preços, etc. É importante o jovem ter acesso à internet e ao lazer também.*

Entrevistado C: *Principalmente mais seguridade ao jovem, ou seja, estabilidade, para o jovem planejar seu futuro. Atualmente o jovem tem acesso a internet, lazer e outros, mas com mais restrição, então o governo deveria fornecer ao jovem do meio rural serviços com qualidade melhor, nisso entre educação, saúde e infraestrutura.*

Entrevistado D: *O Governo deve fornecer acesso à todos os serviços que o jovem urbano tem (tecnologia, lazer, educação, etc.). Devem-se também criar meios do jovem rural ter mais estabilidade na sua renda. Outra coisa muito importante é a conscientização dos pais dos jovens, sendo que os pais devem dar condições de maior independência ao jovem rural.*

“Em relação à renda que você obtém nas atividades agropecuárias, qual sua opinião em relação à elas?”, foram obtidas as respectivas respostas:

Entrevistado A: *Atualmente tenho uma renda muito satisfatória. Antigamente a renda não era suficiente, e não existia tanta facilitação ao crédito, mas hoje, com minha renda, consigo ter uma qualidade de vida muito boa.*

Entrevistado B: *Muito boa. No meu caso supera até minha próprias expectativas, pois quando retornei, estipulei metas, as quais superei. Espero e acredito que continue assim, pois esse é o maior risco da agricultura, as coisas oscilam muito, principalmente a renda.*

Entrevistado C: *Atualmente está sendo uma boa renda, mesmo que eu acredito que deveria ser melhor por eu ser graduado em ensino superior, mas levando em conta outras profissões, está sendo uma boa renda.*

Entrevistado D: *É uma renda satisfatória, principalmente pelo momento de bons preços que a agricultura vive, além do mais, com avanços tecnológicos, o trabalho está bem menos árduo.*

“Qual seu principal objetivo e destino da renda vinda da agricultura?”, foram obtidas as respectivas respostas:

Entrevistado A: *Estou reinvestindo muito, pois com isso pretendo ganhar ainda mais qualidade de vida. Também faço alguma poupança, para as “vacas magras”.*

Entrevistado B: *Atualmente estou reinvestindo boa parte da minha renda, isso pra aumentar mais minha produtividade e receita, e então conseqüentemente ter mais qualidade de vida.*

Entrevistado C: *Estou reinvestindo e pagando algumas dívidas, mas a partir do investimento estou ganhando mais qualidade de vida, pois estou facilitando meu trabalho e organizando a propriedade.*

Entrevistado D: *Tenho reinvestido uma boa parte, mas também tenho poupado um pouco e feito algumas atividades de lazer novas.*

4.3 Conclusões acerca das entrevistas

Com referência às entrevistas, foi possível identificar uma grande honestidade dos entrevistados quanto às suas respostas, os quais deixaram transparecer o seu sentimento real sobre a questão do jovem rural, além de sua situação atual no contexto rural.

As questões buscaram em um primeiro momento identificar o perfil atual dos entrevistados e posteriormente, avaliar o seu ponto de vista com respeito à sua saída do meio rural e porvindouro retorno. Também se buscou identificar as expectativas que os entrevistados possuem com relação ao tema, inclusive

buscando transparecer o que imaginam e planejam para seus filhos, no sentido de sua permanência ou não no campo. A renda também foi um fator muito intrínseco ao questionário, pois era necessário subtrair do entrevistado o seu nível de satisfação nesse tema.

Primeiramente, foi possível identificar que os entrevistados deixaram o meio rural por alguns fatores que são entre eles comum, fatores estes como a falta de estabilidade nas atividades econômicas do meio rural, a penosidade do trabalho, a falta de expectativa sobre oportunidades no meio rural (na época), além da pretensão de experimentar outras experiências, na condição de jovem. Na maioria dos casos, são fatores muito associados a um período pontual vivido pelos entrevistados, já que nos dias atuais, concebem o meio rural a partir de outra visão.

Na busca por suprir suas expectativas, enquanto jovens, os entrevistados migraram para a cidade buscando as oportunidades profissionais que não visualizavam no meio rural. Também foram qualificar-se, em um movimento que - como já mencionado anteriormente nesse trabalho - procura a partir da qualificação multiplicar suas possibilidades em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Quanto ao retorno para o meio rural, houve um certo consenso de que o momento econômico propiciava o retorno dos entrevistados, porém, mais importante que os fatores de mercado, foi a sua nova visão sobre os fatores econômicos e sobre gestão, dada a partir de sua graduação. Essa nova concepção motivou ao jovem identificar oportunidades no meio rural que antes não estavam tão elucidadas. A partir da graduação, foi possível aos entrevistados ter mais acesso à informação no que diz respeito a programas do governo para a agricultura, além de mudarem a forma de gestão, buscando controles e planejamentos mais bem elaborados.

Na entrevista, os produtores relataram em síntese, que a forma de aplicar o conhecimento adquirido a graduação, foi a partir da aplicação de controles de despesas, controles de gastos, planejamento de atividades, implantação de novas tecnologias, diversificação de atividades e gestão de pessoas, entre outros. Esse tipo de administração da propriedade fica muito atrelado à caracterização das chamadas Empresas Rurais, ficando esse produtor o responsável pela gestão dos recursos que estão a ele disponibilizados.

Quando falam em novas tecnologias, os entrevistados principalmente se referiam às inovações em implementos agrícolas, tratamento (herbicidas, fungicidas,

desinfetantes, inseticidas, etc.) e adubação dos produtos cultivados e animais criados. Houve a implantação de tratores, mecanização de atividades, novos métodos de manejo, cultivo e criação, entre outros aprimoramentos proporcionados pela evolução genética, científica e na área de engenharia. Os implementos agrícolas mais sofisticados proporcionam maior conforto, menor penosidade, maior eficiência, entre outros benefícios. O mesmo acontece com os insumos, tratamentos e métodos mais requintados, o que torna o trabalho no campo menos deficiente.

Todos os entrevistados consideram suas propriedades exemplos à outros produtores, isso é um fato muito relevante, pois consegue demonstrar quão altos são seus níveis de satisfação. A melhor gestão da propriedade proporciona ao produtor uma maior qualidade de vida, visto que o proprietário possui controle sobre a maioria dos fatores de produção. A melhor gestão é rapidamente vista e admirada por produtores rurais menos qualificados, sendo que muitos tornam pública essa admiração, inclusive indo até a propriedade espelhada buscar aprimoramento de suas atividades.

Os entrevistados quando foram questionados sobre o futuro que vêem para seus filhos no meio rural, responderam de forma unânime que sim, o meio rural traz boas perspectivas para o futuro. Segundo eles, como sendo o meio rural o responsável pela produção de alimentos, um dos principais fatores que tornam o meio rural mantenedor de oportunidades para os jovens é a grande posição de destaque que ocupa no cenário mundial, mais ainda quando se leva em conta o grande aumento populacional que o mundo vem sofrendo.

Os entrevistados ressaltam que o surgimento de novas tecnologias também é algo que contribui para melhores perspectivas para o futuro do meio rural. Segundo os mesmos, com novas tecnologias, muito possivelmente os riscos da atividade agropecuária irão se reduzir com o tempo, além de novas tecnologias mobilizarem um forte aumento da produtividade, o que também possibilita ganhos de renda.

Quando questionados sobre sugestões para que o meio rural não sofra mais com o forte êxodo de jovens que ainda vivem no meio e promover o retorno dos que saíram, os entrevistados foram pontuais em ressaltar o importantíssimo papel do governo. Segundo eles, o governo deve estabelecer um forte contato com os jovens rurais, isso para melhor entender suas aspirações e necessidades. Também salientam que o governo deve investir em educação, qualificação de mão de obra e infra-estrutura no meio rural, para que os jovens, a partir daí, possam ser mais

eficientes na execução de suas atividades, podendo assim, obter mais renda. Outra abordagem que deve ser feita por órgãos governamentais é quanto à instabilidade do meio rural, que é muito vulnerável a fatores climáticos e biológicos. Em seu ponto de vista, o agricultor ainda vive com dificuldades de planejamento futuro devido a carência de subsídios do governo no que tange frustrações de safra. E por último, ressaltaram a necessidade de uma melhoria nas condições e regramentos previdenciários dos agricultores.

No tocante à renda, é importante salientar que todos os entrevistados relataram satisfação com a renda que possuem atualmente. Os entrevistados também destacaram que boa parte da renda esta sendo reinvestida na propriedade, fazendo isso principalmente com finalidade de aumentar produtividade e qualidade de vida.

É possível afirmar a cerca do questionário utilizado na entrevista, que o mesmo conseguiu fornecer subsídios suficientes para a elaboração de uma análise bem argumentada sobre o tema abordado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das respostas e dados apurados com o trabalho, juntamente a uma interação com o referencial teórico, é possível fazer certos julgamentos sobre os casos estudados. É importante ressaltar que o trabalho não define conceitos ou conclui as discussões em torno do tema, até por se tratar de estudos de casos e estar limitado a eles, porém vem a contribuir em um debate importante acerca do entendimento da situação que o meio rural está inserido.

Visualizamos a partir de dados demográficos, que o meio rural vem sofrendo uma forte perda de jovens e em contrapartida, identificamos um aumento da população urbana na mesma faixa etária. E segundo Abramovay et al. (2003), esse êxodo rural é uma realidade não recente, mas que vem sendo intensificada nos últimos anos.

A decisão de sair do meio rural, por parte do jovem, vem de diversos fatores, o que ficou muito evidente nas entrevistas, sendo que renda, o acesso a tecnologias, educação e lazer, são fatores diretamente relacionados à saída do jovem do meio rural. Segundo Stoffel (2013), é de suma importância entender que crianças, jovens, homens, mulheres e idosos possuem cada um em seu grupo suas expectativas e aspirações, além de particularidades comportamentais, sendo que isso torna necessário a análise de cada um dentro das suas especificidades. Essas diferenças fazem com que cada indivíduo elabore para si um conceito sobre as melhores condições de vida e sua decisão sobre permanência ou não no meio rural. A mesma autora corrobora a conclusão desse trabalho salientando que com o inerente surgimento de novas tecnologias, surgem novas necessidades, possibilidades e ambições ao jovem rural, o que justifica que além do fator renda, existem outros fatores que motivam a permanência ou não do jovem no meio rural.

O que também ficou explicitamente comprovado nos casos estudados, é que o fator qualificação influencia diretamente nos resultados da propriedade. A efetiva aplicação dos conhecimentos adquiridos no meio acadêmico fomentou uma grande mudança na forma de gestão das propriedades estudadas. Os produtores, a partir de planilhas ou outros métodos de controles (como anotações específicas em cada propriedade), iniciaram um ativo monitoramento das atividades desenvolvidas na propriedade. Esse controle permitiu aos produtores reduções de custos, controle de

investimentos, organização, dinamização das atividades, entre outros, os quais, juntos evocaram um aumento de renda e conseqüentemente ganhos de qualidade de vida.

É possível identificar que os produtores entrevistados estão satisfeitos com a sua decisão de ter retornado ao meio rural, sendo que esta decisão atendeu (e em alguns casos superou) suas expectativas. Porém é necessário se fazer alguns apontamentos importantes a partir dos resultados obtidos, principalmente no que tange aos fatores que lhe geram tal satisfação. Dessa forma, respondendo a questão que motivou o trabalho, que era discutir sob quais condições jovens qualificados em nível superior poderiam permanecer ou retornar às atividades rurais mantendo padrões de vida que atendessem as suas expectativas.

Com este trabalho foi possível concluir que a efetiva aplicação dos conhecimentos adquiridos com uma graduação em nível superior, indiferente da área de formação, proporcionaram aos produtores rurais dos casos estudados, uma motivação a sua permanência no meio rural, atendendo a maioria de suas expectativas. Nos casos estudados, foi possível identificar que o produtor com graduação consegue tornar a propriedade rural mais profissionalizada, chegando a partir daí a um nível de atividades econômicas acima da média, mesmo possuindo uma pequena área dedicada à produção.

A graduação, em conjunto com outras experiências profissionais na área rural, permitiu aos produtores entrevistados vislumbrar oportunidades e possibilidades neste meio, que antes não eram diagnosticadas. Segundo a concepção de Schneider (2006), a sociedade não tem conseguido visualizar o potencial de geração de renda que há no meio rural. Num mundo globalizado não é possível o espaço rural viver isolado do espaço urbano. Esse potencial somente pode ser aproveitado a partir de uma eficiente interação entre agricultores, sociedade e governo, com cada agente utilizando seus recursos da melhor maneira possível.

A percepção das oportunidades no meio rural, concebida pela qualificação, fez com que os entrevistados suplantassem suas expectativas, pulverizando-as também para o futuro de seus filhos. Essa visão cheia de perspectivas é vital para a manutenção da agricultura, principalmente em regime familiar. Também é possível, a partir dos exemplos bem sucedidos encontrados na pesquisa, motivar o retorno de pessoas ao meio rural, fazendo com que o meio rural consiga manter

empreendedores rurais e com isso proporcionar o aumento da qualidade de vida para quem nele reside.

Também é importante ressaltar que o trabalho é uma contribuição inicial à trabalhos posteriores, sendo que é possível elaborar análises mais precisas da realidade rural a partir de testes estatísticos mais amplos, ou seja, com maior abrangência empírica. Sugere-se para próximos estudos, a ampliação da discussão sobre o empreendedorismo rural, como um viés de análise para a manutenção e permanência do jovem no meio rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. “De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar” (in Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA)- Anais, Petrolina - Programa Sistemas de Produção na Agricultura, 1997.

_____, Ricardo. Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 nºs 1,2 3 e 29, nº1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

_____, Ricardo; MELLO. M. A.; SILVESTRO, M. L.; RODRIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores. XLI congresso da SOBER, Juiz de Fora – MG: 2003

AGUIAR, Fábio Luiz de. Juventudes de um Rural Catarinense:Trajetórias Cotidianas no Contexto da Agricultura Familiar. UFSC, Florianópolis - SC, 2006.

ANDRADE, Márcia Regina. A formação da consciência política de jovens dos assentamentos rurais do MST. Campinas: FE/UNICAMP, 1998. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, UNICAMP.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3 ed. Passo Fundo, UPF, 2001.

BOURG, Dominique, *apud*. WANDERLEY (2000). Les nouveaux agriculteurs. Esprit, Paris: 1990. Ps. 69-79;

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C.. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. Sociologias. Porto Alegre, jul/dez 2003, p. 312-347.

CARNEIRO, Mário Jorge Dias. O ideal rurano: campo-cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C.; SANTOS, F.; COSTA L.F.C. (Orgs.). *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998.

CARNEIRO, M.J e CASTRO, E.G.C. Juventude Rural em Perspectiva. Manual X. Rio de Janeiro: 2007;

DIRVEN, M. La contribución de lo rural al desarrollo y el potencial de la juventud. In: Foro eletrônico IICA. “Consulta interamericana sobre juventudes rurais: jóvenes en la nueva ruralidad”: 2000;

FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme. Aprendizagem e inovação organizacional: as experiências de Japão, Coréia e Brasil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FRANÇA, Caio Galvão de; GROSSI, Mauro Eduardo Del; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil /. – Brasília: MDA, 2009.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; BACCHI, M. Produtividade e Crescimento da Agricultura Brasileira. Assessoria de gestão e estratégia. Brasília: 2008;

GASSON, Ruth e ERRINGTON, Andrew. The farm family business. EUA-Wallingford, Cab International, 1993.

GEHLEN, Ivaldo. Território, cidadania, identidades e desenvolvimento local sustentável. Universidad de La República. Montevideo: 2006. P265 – 283;

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. Ed. SP- São Paulo: Atlas, 2010

_____. Técnicas de pesquisa em economia. 2. Ed. SP- São Paulo: Atlas, 1990.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.

_____. Consulta dos dados no endereço eletrônico www.ibge.com.br. 2013.

INCRA/FAO. Novo Retrato da Agricultura Familiar. O Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000 (FAO/BRA 036).

LAMARCHE, Hugues. (coord.) L'agriculture familiale. Une réalité polymorphe. Paris, L'Harmattan, 1993.

LACOMBE, Philippe. Agriculture, familles, exploitations. In: Coulomb et al. Les agriculteurs & la politique. Paris: 1990, p. 239-256;

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006, Art. 3º. Fonte acessada no endereço eletrônico <http://www.planalto.gov.br>, em 10 de abril de 2013;

LIMA, A.J.P. de; BASSO, N.; NEUMANN, P.S.; SANTOS, A.C. dos; MÜLLER, A.G. Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1995.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. Ed. SP- São Paulo: Atlas, 2005.

MELLO. M. A.; SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; RODRIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Educação formal e os desafios para a formação de novos agricultores. In: XLI Congresso da SOBER – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora – MG, 2003;

MULLER, Pierre et al. Les entrepreneurs ruraux; agriculteurs, artisans, commerçants, élus locaux. Paris: 1989, p.192;

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. In Cadernos de Sociologia. PPGS-UFRGS. Porto Alegre: PPGS-UFRGS: 1994, p. 51-75;

JOAQUIM, J. M; GUILHOTO, Carlos R; AZZONI, Fernando Gaiger Silveira et al. PIB da Agricultura familiar: Brasil- Estados. Brasília: MDA, 2007.

SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 5. Ed. Re. Atual. Ampl. SP- Niterói: Impetus, 2005.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura Familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, Vivien (org.). Desenvolvimento Rural – Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijui, 2006;

SCHUMPETER, A Joseph.. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEN, Amartya K. Desenvolvimento como liberdade. Companhia das Letras São Paulo - SP: 2000.

SILVA, José Graziano da. A industrialização e a Urbanização da Agricultura Brasileira. Desep-CUT. São Paulo – SP:1993.

SILVA, Mary Aparecida Ferreira da. Métodos e técnicas de pesquisa. 2. Ed. rev. Atual. PR- Curitiba: Ibpex, 2005.

SPANVELLO, R. M. A dinâmica sucessória na agricultura familiar. Tese de doutorado em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

STOFFEL, Janete. A influência da agricultura familiar no desenvolvimento rural na região sul do Brasil. UNISC. Santa Cruz do Sul – RS: 2013;

STROPASSOLAS, Valmir Luiz. O mundo rural no horizonte dos jovens. Florianópolis-SC: Ed da UFSC, 2006.

VEIGA, José Eli. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. Edusp; Hucitec. São Paulo: 1991;

_____. Diretrizes para uma nova política agrária. Publicado no livro Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, NEAD / Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2000, pp. 19-36

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 5. Ed. SP- São Paulo: Atlas, 2004.

WANDERLEY. Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro: XX Encontro Anual da ANPOCS.MG - Caxambu: Anpocs, 1996;

_____ . A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura Brasília: 2000: ps. 87-145.

Site [http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Pesquisa em 17 de abril de 2013.

WEDIG, Josiane C.; MENASCH, Renata E. Entre o campo e a cidade: o lugar do consumo na mobilidade material e simbólica de jovens rurais. Juventude, Consumo & Educação, ESPM, Porto Alegre: 2009;

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos agricultores familiares

- 1) Qual sua idade? _____
- 2) Qual sua formação?
 Técnico Ensino médio profissionalizante Superior N/A.
- 3) És casado? sim não
 Tens filhos? sim não
 Se “sim”, quantos? _____
- 4) Trabalhou fora do setor agropecuário? sim não
 Se “sim”, em que setor trabalhou? _____
 Por quanto tempo? _____
- 5) Tens Internet em casa? Sim Não
- 6) Enumere na ordem de importância de 1 a 6, quais os principais assuntos que lhe chamam a atenção, sendo 1 mais importante e 6 menos importante:
 Economia Esportes Moda Lazer Tecnologia Notícias
- 7) Que atividades você desempenha na propriedade?
 Operacional Administrativa
- 8) Quais atividades agropecuárias têm em sua propriedade?
 Grãos Avicultura Suinocultura Apicultura Piscicultura
 Pecuária Outros: _____
- 9) Referente às culturas assinaladas à cima, qual sua produtividade média e preço médio de venda no último ano?

Atividade	Produção no último ano	Unidade (kg, lt, sacas)	Valor em R\$
Soja			
Milho			
Trigo			
Aveia			
Canola			
Avicultura			
Suinocultura			
Apicultura			
Suinocultura			
Carne			
Leite			

10) Em sua análise, quais os motivos que inicialmente lhe levaram a sair da área agrícola?

11) Em sua análise, quais os motivos que lhe levaram a retornar à área rural?

12) Após o retorno para o meio rural, você conseguiu aplicar conhecimentos adquiridos? Se conseguiu, de que forma o fez?

13) Quando você retornou para a agricultura sucedeu aos seus pais ou iniciou nova atividade

14) Considera sua propriedade um exemplo à outros produtores?
()Sim ()Não

Por quê? _____
_____.

15) Você vê futuro na agricultura para seus filhos? ()Sim ()Não

Por quê? _____

_____.

16) Qual seu principal objetivo e destino da renda vinda da agricultura?

_____.

17) Para a agricultura não “perder” jovens que ainda vivem no meio e promover o retorno dos que saíram, qual a sua sugestão?

_____.

18) Em relação à renda que você obtém nas atividades agropecuárias, qual sua opinião em relação a elas?

_____.